

Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca



“Disponíveis no trabalho, disponíveis para a vida? Saúde-doença, trabalho e relações pessoais de Servidores Públicos Federais postos em disponibilidade no Governo Collor”

por

Eliana Guimarães Félix

Dissertação apresentada com vistas à obtenção do título de Mestre em Ciências na área de Saúde Pública.

Orientador: Prof. Dr. William Waissmann

Esta dissertação, intitulada

***“Disponíveis no trabalho, disponíveis para a vida? Saúde-doença,
trabalho e relações pessoais de Servidores Públicos Federais postos
em disponibilidade no Governo Collor”***

apresentada por

Eliana Guimarães Félix

foi avaliada pela Banca Examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.^a Dr.^a Terezinha Martins dos Santos Souza

Prof.^a Dr.^a Marisa Moura

Prof. Dr. William Waissmann – Orientador

Dissertação defendida e aprovada em 24 de março de 2011.

Catálogo na fonte

Centro de Informação Científica e Tecnológica

Biblioteca da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

Ficha Catalográfica

F316 Félix, Eliana Guimarães

Disponíveis no trabalho, disponíveis para a vida? Saúde-doença, trabalho e relações pessoais de servidores públicos postos em disponibilidade no Governo Collor. / Eliana Guimarães Félix. Rio de Janeiro: s.n., 2011.

67 f. : tab.

Orientador: Weissmann, William

Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2011

1. Saúde do Trabalhador. 2. Setor Público – recursos humanos. 3. Administração Pública. 4. Mudança Organizacional. 5. Governo. 6. Disponibilidade. I. Título.

CDD - 22.ed. – 613.62

Dedicatória

Dedico esta dissertação aos muitos trabalhadores, servidores públicos federais, homens e mulheres determinados, colocados em disponibilidade durante o governo Collor. Cada qual perseverante a sua maneira, que acreditaram num futuro incerto e continuaram na luta ou pelo menos não desistiram de terem reconhecidas suas conquistas.

Dedico também ao William Waissmann, que me ensinou, verdadeiramente, os dilemas da saúde do trabalhador, não só no serviço público, mas nesta sociedade.

(...) eu trabalhava, por exemplo, à tarde, pegava às 13h:00min. Então, eu fazia de tudo da minha rotina, quando dava meio dia e meio eu me arrumava e ia para perto do meu trabalho, e ficava ali rodando, rodando, tomava um sorvete, sentava, encontrava com um, encontrava com outro, era minha rotina, até eu me acostumar que não ia voltar para o trabalho.

Entrevistado: 08

Agradecimentos

Aos Coordenadores, funcionários, professores e amigos do CESTEJ, que colaboraram e facilitaram o desenvolvimento deste trabalho.

Aos colegas do mestrado, que souberam entender e contribuir em cada etapa de construção desta pesquisa.

Ao quinteto: Cláudia, Jackeline, Júlio, Luiz e Mariana, que me fizeram rir, rir de mim mesma e rir dos desafios desta caminhada, porque juntos aprendemos a caminhar mais.

À amiga Elza, pelo deleite culinário regado pelas boas e incansáveis discussões sobre a saúde no serviço público.

Ao Dr. Clóves e ao Sr. Fábio e profissionais da saúde do Hospital Rocha Faria, pelo favorecimento na logística do trabalho de campo.

Aos diretores, ex-diretores, chefias, colegas e amigos de Farmanguinhos, que compreenderam e algumas vezes assumiram meus encargos enquanto eu estudava.

Aos amigos do Tribunal Regional Eleitoral - Copacabana pelo grande incentivo.

À Dra. Maria de Fátima Siliansky Andreazzi e a Dra. Maria Helena Barros de Oliveira, pela presença na banca de qualificação e auxílio em seu encaminhamento.

À amiga Norma, “fada e madrinha”, que, providencialmente, contribuiu na localização dos trabalhadores estudados. Ao Dr. Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos, que me orientou nos passos iniciais deste trabalho.

Ao Dr. William Waissmann, que muito mais que orientar, soube, com carinho, exatidão e assertividade, disciplinar meu conhecimento.

A minha família, pai, irmão, cunhadas, sogra, agregados e amigos, que souberam compreender minha ausência de muitos encontros. Em especial, minha mãe, que, mesmo à distância, me faz acreditar que sempre vale à pena lutar pelos nossos sonhos.

Ao “sogrão” querido, que com a maestria de um orientador da vida, me ensina que temos muito que aprender e a viver.

Ao papai do mais sublime amor, ao marido compreensivo e ao professor zeloso pelas incansáveis triplas jornadas que se dispôs a fazer: amar com o carinho de pai, compreender com a paciência de marido e ensinar com a disciplina de um professor.

A uma nova vida que se iniciou, no percurso desta pesquisa. E que me fez entender a intensidade do amor incondicional de ser mãe, da persistência e da coragem para prosseguir e chegar até aqui e ir, confiante, muito além do que aqui.

Agradeço irrestritamente, a todos os entrevistados pela enorme credibilidade e

solicitude demonstrados deste o primeiro contato.

Agradeço àqueles que ao lerem esta pesquisa, possam entender nossa proposta de dar visibilidade para decisões políticas e administrativas, que mesmo diante de um cenário econômico movido por pressões internacionais, possam ser pensadas em prol da saúde e da dignidade dos trabalhadores.

Agradeço a Deus a força perante os desafios desta jornada.

Resumo:

Esta dissertação objetiva analisar as repercussões sobre as relações pessoais, o trabalho e o binômio saúde-doença determinados pela disponibilidade a que servidores públicos federais foram submetidos, durante o governo Collor (1990-1992).

A opção foi pela modalidade artigo. No texto que o antecede, após introdução, o referencial teórico foi organizado em quatro etapas: a) As relações saúde-trabalho: trabalho, não trabalho, desemprego e o desconhecimento de suas consequências no período Collor; b) O contexto neoliberal do período Collor, na cena internacional (cuja influência foi decisiva para as medidas tomadas nacionalmente); c) O processo político-administrativo da reforma administrativa, daquele período; e, d) A disponibilidade dos servidores públicos federais.

No artigo, são apresentados os resultados de entrevistas e discussões com onze servidores. O único critério utilizado para a escolha dos sujeitos da pesquisa foi seu local de lotação, durante o período de disponibilidade, que foi definido como o estado do Rio de Janeiro. As entrevistas foram previamente agendadas e realizadas em um centro de estudos de um hospital local.

Os questionários utilizados nas entrevistas foram elaborados com questões abertas, apresentadas em três tempos: antes, durante e após a disponibilidade. As entrevistas foram realizadas de 01 de julho a 31 de outubro de 2010. A análise qualitativa dos dados utilizou o referencial de Bardin (1977).

Os resultados mostraram que os sentimentos preponderantes a afetarem os trabalhadores foram medo, insegurança, baixa autoestima, tipificando processos de violência e assédio moral capitaneados pelo próprio governo. Pôde-se observar destrato por chefes e colegas, pouca participação em movimentos organizados contra a disponibilidade e agregação em busca de locais para trabalhar. No retorno às atividades, os pesquisados foram bem recebidos. Além de efeitos psíquicos, ocorreram possíveis repercussões orgânicas (em especial cardiovasculares e endócrino-metabólicas). Alguns servidores com apoio familiar e social parecem ter tido maior capacidade de lidar com o sofrimento.

Com os resultados, pôde-se verificar a necessidade de reforçar o alerta a que medidas de cunho administrativo não possam revogar direitos de servidores, projetando violências e

assédios de caráter ilegal impetrados por governos. Cabe ressaltar que os mecanismos legais que inviabilizaram o governo Collor de impor ganhos reduzidos e proporcionais, já não constam de norma, tendo sido modificados ao final da década de 90.

Palavras-chave: disponibilidade, saúde do trabalhador, servidor público, reforma administrativa, governo Collor

Abstract:

This dissertation aims to analyze the effects on personal relationships, work and health-disease dyad determined by the compulsory away of work of federal civil servants determined during the Collor government (1990-1992).

The option was for the article mode. In the article preceding text, after introduction, the theoretical framework was organized into four steps: a) the health and work relationship: work, not work, unemployment and ignorance of its consequences during Collor time b) The context of the neoliberal Collor period taking into account the international scene (whose influence was decisive for the measures taken nationally) c) The administrative-political process of administrative reform on that time, and d) The compulsory away of work of federal civil servants of federal public servants.

The article presents the results of interviews and discussions with eleven servers. The unique criteria for the choice of research subjects was your working place during the period of compulsory away of work of federal civil servants, which was defined as the state of Rio de Janeiro. The interviews were scheduled in advance and carried out in a study center at a local hospital.

The questionnaires used in the interviews were made with semi-structured questions, presented in three stages: before, during and after compulsory away of work of federal civil servants. The interviews were conducted from July 1 to October 31, 2010. The qualitative data analysis used the benchmark of Bardin (1977). The results showed that the predominant feelings affect workers were fear, insecurity, low self-esteem, typifying processes of bullying and violence spearheaded by the government. It was observed mistreatment by bosses and colleagues, low participation in organized movements against the compulsory away of work of federal civil servants and aggregation in search of places to work. In addition to psychological effects, there were possible organic repercussions (especially cardiovascular and endocrine-metabolic). Some servers with family and social support appear to have had greater ability to deal with suffering.

With the results, it was surprising the lack of studies on the effects of compulsory away of work of federal civil servants, and there was a need to strengthen the warning that the measures of administrative nature can not abrogate rights of servers, designing of violence and harassment illegality filed by governments. It is noteworthy that the legal mechanisms which not permit Collor government to impose proportionate and reduced revenues, do no more exist, having been modified in the late 90's.

Keywords: compulsory away of work, occupational health, public servant, administrative reform, Collor government

SUMÁRIO

1 - Introdução e Justificativa	12
2 - Referencial Teórico- Metodológico	14
a - As relações saúde-trabalho: trabalho, não trabalho e desemprego.....	14
b - O contexto neoliberal da era Collor, na cena internacional.....	16
c - O processo político-administrativo da reforma administrativa.....	18
d - A disponibilidade dos servidores públicos federais	20
3 - Conclusão	25
4 - Referências bibliográficas	28
5 - Artigo – Página de rosto	30
Folha de rosto – Revista Brasileira de Saúde Ocupacional (RBSO).....	31
Página de rosto com títulos de anexos	32
Títulos e resumos	33
Abstract	34
Introdução e Justificativa	35
Objetivo	36
Métodos	36
Resultados	37
Discussão	52
Conclusão	54
Referências	54
6 - Anexos	56
Anexo 1: Tabela 1 - Faixa etária dos Servidores	57
Anexo 2: Tabela 2 - Tempo de serviço dos Servidores até Disponibilidade	58
Anexo 3: Tabela 3 - Duração Disponibilidade Servidores.....	59
Anexo 4: Roteiro da Entrevista emi estruturada.....	60
Anexo 5: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	63
Anexo 6: Parecer do Comitê de Ética – ENSP	64
Anexo 7: Carta do governo enviada sobre a disponibilidade.....	67

1 - Introdução e Justificativas

Numa discussão ampliada da relação saúde e trabalho, sob a ótica dos significativos avanços que aconteceram por conta do novo enfoque denominado “Saúde do Trabalhador”, nos deparamos com a realidade hegemônica da “Medicina do Trabalho” e da “Saúde Ocupacional”, que (de)limita a produção do conhecimento e sua aplicação, num contexto ameaçador, continuamente confrontado com interesses econômicos arraigados e imediatistas, que não contemplam investimentos necessários e nem garantem a dignidade da vida no trabalho¹.

Em virtude de sua compleição histórica, cristalizou-se, no Brasil, o dualismo entre “Saúde do Trabalhador” e “Saúde Ocupacional”. Minayo-Gomez e Thedim-Costa¹ observam o reflexo dessa situação no campo da produção de conhecimentos sobre a relação saúde-trabalho.

Tambellini², a propósito dessas questões, assinalava a demarcação de um conceito para uma política de saúde do trabalhador: "... é a expressão do poder dos trabalhadores de ter saúde e tomar em suas mãos o controle de suas próprias vidas, saúde e trabalho” (p.12).

Não se pode, porém, creditar à contra hegemonia de enfoque a ausência de estudos dos impactos na relação saúde-trabalho determinados pela disponibilidade a que foram submetidos servidores públicos federais, durante o Governo Collor (1990-1992), fruto da reforma administrativa radical imposta. Imediatista, desprezando direitos e concentrada em ganhos privatizantes, culminou por ser desmascarada, em vários de seus pressupostos, pelo impedimento do presidente da república. A mudança ou extinção inconsequente de muitos órgãos federais, os modos abruptos e violentos de ação contra servidores públicos federais fizeram que mais de 100.000 deles parecessem párias sociais, modificando suas vidas em prol de uma aventura econômica, reforçada por várias medidas antissociais³.

As condições da época podem bem ser absorvidas por relatos, como o depoimento à audiência pública nº2000/2007⁴, da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, da Câmara dos Deputados, da Deputada Distrital e Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro da Câmara de Brasília, Sra. Erika Kokay quando relata:

“Na condição de dirigente sindical dos bancários vi coisas que marcaram minha história e minha compreensão de vida. Em 1990, vi o Banco Nacional de Crédito Cooperativo, fundamental para o desenvolvimento do País, ser fechado por decreto, assim como muitos órgãos foram fechados por decreto. Muitos servidores foram trabalhar e descobriram que o Estado já não os queria, porque estava vergado à concepção de um governo que não intentava fortalecer o Estado para resolver as desigualdades sociais”.

A inatividade temporária compulsória, como pode ser definida a “disponibilidade”, vivida pelos servidores públicos, tem potencial de provocar efeitos à saúde, de variados matizes. Castel⁵ lembra que a falta de trabalho pode fazer que o “inativo” se torne alvo de discriminações e exclusões, além do distanciamento social poder determinar a ruptura de laços de sociabilidade construídos dentro do mundo do trabalho.

Este estudo, organizado sob a forma de artigo (anexos 1,2,3,4,5,6,7), com referencial teórico o precedendo (o método utilizado no estudo é apresentado no artigo), e finalizado por conclusões gerais, intenta resgatar a carência de informações sobre o sofrimento e demais consequências sentidos por alguns dos servidores postos em disponibilidade no governo Collor. Pretende-se, com ele, um resgate histórico inicial, que possa estimular tanto mais estudos sobre a temática, como lembrar o ocorrido, a fim de que seja evitado pelas gerações futuras de trabalhadores.

2 - Referencial Teórico-Metodológico

O referencial teórico utilizado foi sistematizado considerando-se: a) As relações saúde-trabalho: trabalho, não trabalho, desemprego e o desconhecimento de suas consequências no período Collor b) O contexto neoliberal do período Collor, na cena internacional (cuja influência foi decisiva para as medidas tomadas nacionalmente); c) O processo político-administrativo da reforma administrativa, daquele período; e, d) A disponibilidade dos servidores públicos federais.

É importante ressaltar que as formatações da dissertação e do artigo seguiram padrões específicos e diferentes conforme sua destinação. A dissertação foi elaborada conforme exigência da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, para defesa; já o artigo seguiu os parâmetros estabelecidos pela Revista Brasileira de Saúde Ocupacional – RBSO Fundacentro, selecionada para envio e publicação.

A. Relação saúde-trabalho: trabalho, não trabalho, desemprego e o desconhecimento de suas consequências no período Collor

O trabalho é crucial no sentido da vida, no espaço existencial, pois, em grande parte do dia, é no trabalho que o indivíduo experimentará diversas situações, construindo, reconsiderando, recriando e redefinindo vivências e experiências de vida. Borges e Tamayo⁶, assim descrevem: “*O trabalho é rico de sentido individual e social. É o meio de produção da vida de cada um, criando sentidos existenciais ou contribuindo na estruturação da personalidade e da identidade*”(p:13)⁶.

Além de viabilizar a sobrevivência do trabalhador e seus dependentes, é na concretude do trabalho que são gerados sentidos motivacionais promotores de saúde, ou, diversamente, podem moldar-se e mesmo perpetuarem-se razões para o sofrimento e o adoecer.

Segundo Lacaz⁷, além das doenças e acidentes associados à organização taylorista/fordista, atualmente, predominam no espaço industrial doenças não reconhecidas como do trabalho, na medida em que novas organizações, em que fazem parte a informática, a automação, a polivalência, a restrição hierárquica, o enxugamento do efetivo, o desemprego etc. tornam-se hegemônicas. Nesta forma de organização do

trabalho, ocorre o predomínio de outras doenças como: distúrbios mentais, doenças psicossomáticas, além das doenças psicoafetivas e neurológicas ligadas ao estresse.⁸

A negação ao direito ao trabalho aponta, como resultante da centralidade da experiência que o trabalho exerce na construção da vida de cada trabalhador, para consequências deletérias potenciais. Ser impedido de realizar trabalho de forma compulsória, de criar e recriar sua própria vivência a partir de seu trabalho, tem o potencial de solapar mecanismos de defesa ajustados ao trabalho, desmotivar a vida de relação, desconstruindo, enfim, processos promocionais de saúde⁹.

A ideia da existência de uma psicopatologia do desemprego já foi discutida por diversos autores^{9,10}, que admitem que falta de emprego ou desemprego podem criar situações propícias à emergência de distúrbios mentais, sendo evidente a desestruturação de laços sociais e afetivos, que podem, ainda, causar restrição de direitos, insegurança socioeconômica, redução da autoestima, sentimento de solidão e fracasso.

Selligman-Silva¹¹ estudou reflexos na saúde e na sociabilidade de desempregados de longa duração. Sua investigação mostrou fortes repercussões psicossociais e psicopatológicas da subtração do emprego. Tais impactos correspondem a processos de degradação da saúde mental, que podem começar em situações desfavoráveis de trabalho e ter continuidade ao longo do período de inatividade forçada. A autora identifica várias fases - retraimento, afastamento e isolamento social - que afetam, de forma concomitante, a vida material, a sociabilidade e a subjetividade. Mostra que essa dinâmica, dominada pelo desânimo, pode levar a estados graves de depressão. Os múltiplos e complexos mecanismos de exclusão social, acionados pelo prolongado afastamento das atividades laborais exigiriam a implantação de programas inter-setoriais, executados por rede articulada de órgãos, para seu enfrentamento.¹¹

Para Antunes¹², não é compatível numa vida plena de sentido, se ela é desprovida de senso laboral, o que acorda com o percebido por Selligman-Silva¹¹. Se subjetividade é algo produzido cotidianamente nas relações intra e interpessoais (e no trabalho) e influenciada pelos grandes sistemas políticos, econômicos, sociais e culturais vivenciados, esta deve ser encarada como determinante dos desejos, formas de ver a vida, agir, pensar e sentir de cada indivíduo, defendendo e garantindo a sua autonomia. O não trabalho pode agir, assim, no sentido da própria vida.

Torna-se, também, relevante, o conceito de “desfiliação” introduzido por Castel⁵, que aponta que a falta de definição e perspectivas da situação laboral pode determinar, continuamente, a vivência de rupturas, que acabam por levar a consequências econômicas e sociais. Cabe recordar que, embora a situação de disponibilidade não caracterize o desemprego, sua ameaça, para os(as) trabalhadores(as) postos em disponibilidade, entre 1990 e 1992, era perene.

Segnini¹³, em pesquisa no setor bancário do serviço público, relata que os servidores pesquisados que aderiram ao Programa de Demissão Voluntária (PDV), implementado a partir de 1994, não conseguiram se reinserir de forma estável no mercado de trabalho. Esta condição implicou num sofrimento gerado não só pelos problemas financeiros, mas, também, pelos constrangimentos morais, cujos reflexos foram sentidos na autoestima, nas relações como os amigos e nas relações familiares. Os efeitos gerados pelas dificuldades econômicas provocaram conflitos familiares, agravados pela falta de perspectivas e pela extensão deste período, geralmente marcado por inúmeras tentativas frustrantes na volta ao mercado.

Diante do que foi exposto acima, parece que o Estado não toma cuidados específicos quanto ao processo saúde-doença dos trabalhadores(as) acometidos pelas diversas medidas administrativas, independente do governo. O fato é que existem poucos trabalhos que contemplem as repercussões sobre a saúde na vida de milhares de servidores públicos, que tiveram em sua trajetória funcional a disponibilidade ocorrida durante o período Collor, uma das motivações deste trabalho..

b. O contexto neoliberal da era Collor, na cena internacional

No século XX, durante a Guerra Fria (entre o final da segunda grande guerra – 1945 – e a queda da União Soviética – 1991), a maioria dos estados sul-americanos tinha suas políticas desenvolvimentistas alinhadas às políticas externas dos Estados Unidos (EUA).¹⁴ Depois do fim da Guerra Fria, durante os anos 1990, estes mesmos estados novamente estariam alinhados ao projeto da política externa e econômica de globalização liberal, com os EUA¹⁴.

Porém, desde o surgimento dos estados de bem-estar social (*welfare-state*), na primeira metade do século XX, até o advento das políticas neoliberais, especialmente após os anos 1980, houve uma tendência de expansão das regras de proteção ao trabalho nos países capitalistas avançados. No contexto da Guerra Fria, como contraponto à

influência do socialismo na luta dos trabalhadores por mais direitos e sob a chancela da Organização Internacional do Trabalho – OIT, foram incorporados novos direitos de saúde no trabalho¹⁵.

Segundo Fiori¹⁴, como uma resposta à crise econômica pela qual algumas nações passavam na segunda metade dos anos 1980, por conta da política econômica desenvolvimentista, o ideário neoliberal foi disseminado pelos organismos financeiros internacionais (Fundo Monetário Internacional - FMI, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID). Isso ocorreu num quadro de renegociação das dívidas externas de nações que, como receituário, deveriam desregular mercados, abrirem suas economias, implementarem práticas não intervencionistas, bem como abdicar de todo o projeto de cunho nacionalista desenvolvimentista.¹⁴

Esta prescrição, definida por tais organismos financeiros, materializou suas políticas liberalizantes no *Consenso de Washington*. De acordo com Batista¹⁶, em novembro de 1989, reuniram-se, em Washington, funcionários do governo dos EUA, do FMI, do Banco Mundial e do BID para avaliarem as reformas econômicas incentivadas, definidas e promovidas na área pública. O resultado destas análises foi o reconhecimento da 'excelência' das reformas até então promovidas na região (com exceção do Brasil e do Peru). Sua expansão se deu sob a tutela do governo dos EUA, ao referendar a recomendação da implantação das políticas neoliberais como condição para conceder 'cooperação' financeira externa, bilateral ou multilateral.

Porém, numa conjuntura internacional de globalização econômica e novas relações de produção, foi necessário uma postura flexibilizadora do trabalho onde a intervenção do Estado em áreas essenciais, principalmente as ligadas à cidadania e direitos sociais, fossem menos agressivas, evidenciando um antagonismo entre o neoliberalismo e o Estado Mínimo nos ditames da Organização Internacional do Trabalho - OIT¹⁷.

O momento político vivido no Brasil, na era Collor, denominação dada ao período compreendido entre 1990-1992 durante o governo Fernando Collor de Melo, com o novo liberalismo econômico, com a hegemonia do mercado e as consequências da globalização de regras e pactos, refletiu emblematicamente o surgimento do neoliberalismo, onde o Estado assumiu uma posição de criatura do mercado, garantindo e controlando seu funcionamento.¹⁸

No Brasil, não se pode estabelecer uma relação entre crescimento econômico, emprego formal e direitos sociais, contrariando o cenário dos países desenvolvidos com políticas de *welfare*. Após os anos 1930, a intensa industrialização criou um mercado fortemente flexível, com situações de trabalho, além de diferenciadas, desiguais e frequentemente precárias¹⁸.

c. O processo político-administrativo da reforma administrativa

Aos 15 dias do mês de março de 1990, tomou posse o primeiro governo civil brasileiro eleito diretamente após um período de quase trinta anos de regime de exceção. Dentro dos marcos da Constituição de 1988, que manteve um presidencialismo ainda forte, o Presidente Fernando Collor de Mello assumiu o cargo.

Para cumprir seus propósitos reformadores, criou uma nova moeda, congelou a poupança popular, taxou haveres financeiros e redesenhou a máquina de governo. Em menos de 24 horas, editou 23 medidas provisórias, 7 decretos e 72 atos de nomeação, aos quais se seguiram inúmeras portarias ministeriais e instruções normativas autárquicas. Com o objetivo de reduzir a intervenção do Estado na vida social, criou uma série de restrições e regulamentos temporários³.

Antunes¹⁹ bem delineava a sintonia do Plano Collor com a orientação econômica predominante no cenário internacional, à época:

“[...] O seu sentido essencial, muitos já o disseram, é dar um novo salto para a modernidade capitalista. Um neojuscelinismo mesclado com o ideário do pós-1964, contextualizado para os anos de 1990. É o acentuar do modelo produtor para exportação, competitivo ante as economias avançadas, o que supõe a franquias da nossa produção aos capitais monopólicos externos. Tudo em clara integração com o ideário neoliberal[...] É a simbiose entre a proposição política autocrática e a essencialidade de fundo neoliberal [...]” (p.10)¹⁹.

Costa e Cavalcanti³ tentam identificar a concepção de Estado que estava presente naquela reforma, apontar as contradições do modelo, estudar as contingências e analisar seus objetivos e resultados. Para tanto, agrupam as medidas em duas grandes categorias: a racionalização e a desestatização.

Na primeira estratégia, estariam contempladas as medidas orientadas para o aumento da eficiência e a redução de gastos, cabendo analisar os aspectos relacionados com as fusões e incorporações, o alcance de controle, a estrutura matricial, a tendência à uniformização, a supervisão ministerial, a coordenação e integração e a regionalização.

A estratégia de desestatização teve o propósito de reduzir a interferência do Estado no domínio econômico, em particular, e na vida social em geral, e contemplou a extinção de empresas e organismos, as privatizações, a descentralização e a desregulamentação.

Concluem que a reforma tinha um forte componente ideológico, no sentido do compromisso com a proposta neoliberal. Por outro lado, apoiava-se em um modelo burocrático mecanicista, valendo-se das suas formas tradicionais de arquitetura organizacional - o uso da hierarquia como mecanismo-chave de coordenação da interdependência e fortalecimento da administração-meio. Por último, chamam a atenção para a estratégia de implantação, caracterizada por gestos de impacto e medidas espetaculares, denotando improviso e açodamento³.

Neste contexto político-administrativo de mudanças, a reforma administrativa durante o governo Collor consistiu, sobretudo, num vasto e profundo rearranjo estrutural. Movida pelos imperativos orçamentários, a reforma Collor procedeu a uma reestruturação da máquina pública promovendo redução do número de ministérios, a fusão e extinção de organismos, o afastamento e o remanejamento de pessoal, enfim, o desmantelamento da máquina pública³.

Como parte desta política, servidores públicos federais foram demitidos, exonerados ou colocados em disponibilidade numa quantidade imprecisa, porém estimada em torno de 100.000 profissionais.²⁰

Castanhar², em pesquisa intitulada: *Os cem dias do Governo Collor*, assim descreve:

“É interessante notar que a análise dos resultados obtidos por subamostras revela que o percentual de pessoas que informaram cortes acima de 200 pessoas é consideravelmente mais alto na Administração Indireta (61,3%) e na Área Econômica (72,2%). (...) A explicação mais plausível parece estar relacionada à extinção de um número significativo de empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações e autarquias, que são órgãos da administração indireta e, em geral, tratam de atividades classificadas na Área Econômica.[...] (p.25)²¹”

d. A disponibilidade dos servidores públicos federais

A disponibilidade é um direito assegurado ao servidor estável^A, citado no § 3º, do art. 41, da Constituição de 1988²²:

§ 3º Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade remunerada até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

Mello (p.139)²³ a conceitua: “é a colocação do servidor titular de cargo em inatividade remunerada, até seu adequado aproveitamento em outro cargo, sendo um direito constitucional conferido ao servidor público civil estável, caso seu cargo venha a ser extinto ou declarado desnecessário (§ 3º do art. 41) ou ainda quando, em virtude de reintegração de outrem, seja desalojado do cargo que ocupava sem ter um cargo de origem para regressar a ele (art. 43, § 2º, precitado)”.

^A Instituto inserido no art. 41 da Constituição da República/88, que assim dispõe: “Art. 41. São estáveis, após dois anos de efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude de concurso público. Alterado pela Emenda Constitucional 19 de 04/06/1998 (Art. 41 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação: “São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público”.

§ 1º O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa. § 2º Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade.

Mello²⁴ esclarece, ainda, que o interesse público é a razão da existência de um cargo público, portanto, extingue-se o cargo que se mostrar dispensável, supérfluo ou inconveniente à finalidade pública, e declara-se desnecessário o cargo que se apresentar nessas condições. Mas, reforça, que há que se compreender a possível transitoriedade do caráter supérfluo do cargo, que pode recobrar sua finalidade após o decurso de determinado lapso de tempo.

Porém, a disponibilidade remunerada dos servidores públicos teve evolutivamente recebido tratamento variado e muitas vezes desarmônico em face de sua natureza jurídica²⁵.

Na reforma do governo Collor, o Decreto nº 99.300/90²⁶ fixava os vencimentos de servidores em disponibilidade, proporcionalmente, ao tempo de serviço. Foi só a partir de acórdão na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 313/DF, de 21/08/1991²⁷, do Supremo Tribunal Federal; que os vencimentos proporcionais foram considerados inconstitucionais, retornando-se sua integralidade, no termo da Lei Magna.

No instituto da disponibilidade emerge outra e não menos importante discussão, a da estabilidade do servidor público, pois a estabilidade surge a partir de um contexto marcado pela necessidade de transformações sociopolíticas, econômicas e administrativas. E são essas transformações, que também implicaram na reestruturação do Estado brasileiro, através de reformas administrativas na esfera pública, tendo em vista a modernização da burocracia²⁸.

O preceito da estabilidade do servidor público, na dialética da indemissibilidade, não poderá ser interpretado, na concepção de Machado e Umbelino²⁸, como um privilégio que lhes confere a vitaliciedade no cargo ou função desempenhada. A estabilidade deve ser analisada como um instrumento garantidor da excelência da prestação de serviços à sociedade, evitando que a administração pública possa ficar comprometida pelo uso político de suas atividades, refletindo interesses clientelistas, gerando a descontinuidade, arbitrariedade técnica, bem como perda da memória técnica da administração.

A seguir, apresenta-se quadro evolutivo sobre a estabilidade no Brasil, comparada com o respectivo contexto sociopolítico.

Quadro 1: A estabilidade do servidor público brasileiro x contexto sociopolítico

Marco Legal	Situação	Contexto sociopolítico
Lei 2942 de 1915	Funcionário público com mais de dez anos de exercício só pode ser demitido mediante processo administrativo.	Estruturação da administração pública, com vistas a impulsionar a modernização industrial do país.
Constituição de 1934	Estabilidade garantida aos servidores com dois anos de exercício; ingresso mediante concurso	Fim do governo provisório de Getúlio Vargas - eleito presidente pela Assembléia Nacional Constituinte Desenvolvimento de políticas trabalhistas protetoras (CLT). Férias remuneradas, carteira de trabalho, institutos de previdência
Decreto-lei 200 de 1967	Expansão das empresas estatais. Instituição da natureza jurídica fundacional e autárquica. Maior flexibilidade nos procedimentos de contratação e demissão do servidor público em regime celetista	Enfoque desenvolvimentista no contexto de uma ditadura militar. Dificuldade de livre organização dos trabalhadores. Censura política
Constituição de 1988	A estabilidade é garantida àqueles que tiverem dois anos de exercício; ingresso mediante concurso. A estabilidade é estendida àqueles com cinco anos continuados de exercício, sem ingresso por concurso público. Instituição do Regime Jurídico Único (RJU). Mantido o preceito da disponibilidade do servidor público (criado pela Constituição de 1946).	Abertura política. Crise fiscal do Estado. Descentralização da administração pública. Crescimento da participação e aumento das demandas por políticas de cunho social. Aumento do corporativismo dos servidores. Votação frustrada pelo fim da estabilidade
Governo Collor-1990	É usado o preceito da disponibilidade do servidor público como instrumento de contenção dos gastos públicos, mas os “disponibilizados” recebem remuneração integral, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal. Utilização dos instrumentos de descentralização. Ex: SUS	Agravamento da crise fiscal do Estado. Desmonte da máquina pública. Aumentam os pedidos de aposentadoria dos servidores

Fonte: Quadro adaptado de Machado E.M e Umbelino, LM²⁸. A questão da estabilidade do servidor público no Brasil: Brasília –ENAP, p: 05,06.

A estabilidade dos servidores públicos é também recomendada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT)²⁹, como condição essencial para o desenvolvimento da administração pública. Assim, segundo o relatório da OIT, a estabilidade vem sendo mantida no Brasil e em diversos países, entre eles: Alemanha, Bélgica, Canadá, Chile, Espanha, EUA, Uruguai e Venezuela.

Retomando o tema central, importantes discussões se fazem presentes, principalmente ao relacionarmos as garantias contidas nas constituições brasileiras, confrontadas com a disponibilidade, considerados, ainda, os respectivos períodos políticos. O quadro 2, abaixo, sintetiza algumas dessas interrelações:

Quadro :2

Disponibilidade no serviço público brasileiro comparado aos marcos constitucionais

Marco Constitucional	Status Disponibilidade	Governo
Constituição Política do Império do Brasil ³⁰ Data: 25/03/1824	Inexistente	D.Pedro
Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil ³¹ Data: 24/02/1891	Inexistente	Deodoro da Fonseca
Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil ³² Data: 16/07/1934	Inexistente	Getúlio Vargas
Constituição dos Estados Unidos do Brasil ³³ Data: 10/11/1937	Disponibilidade como forma de punição Impossibilidade da exoneração ao estável Vencimentos proporcionais ao tempo de serviço. (Art. 157)	Getúlio Vargas
Instituição dos Estados Unidos do Brasil ³⁴ Data: 18/09/1946	Disponibilidade remunerada e sem critérios ao estável. Aproveitamento em cargo compatível ao anterior. (Art.189)	Gaspar Dutra
Constituição da República Federativa do Brasil ³⁵ Data: 24/01/1967	Disponibilidade ao estável e remuneração proporcional ao tempo de serviço. (Art.99)	Castello Branco
Constituição da República Federativa do Brasil ²² Data: 05/10/1988	Disponibilidade ao estável, remuneração proporcional ao tempo de serviço até adequado aproveitamento. (Art.41)	José Sarney

Fonte: Autora

Outro fundamental questionamento surge quando aplicamos os direitos assegurados pelas constituições brasileiras, ao longo do tempo, e nos reportamos às

condições efetivas definidas e vividas pelos servidores públicos relacionadas no trabalho, e, mais especificamente, no que diz respeito as suas carreiras, incluindo suas remunerações.

O texto constitucional variou ao se referenciar estabelecimento de critérios para a fixação dos proventos para a disponibilidade remunerada. Ora adotou-se cálculo da remuneração na sua integralidade, ora o da proporcionalidade correlacionada ao tempo de serviço público, ora o tema foi inexistente, reproduzindo, por provável, as contingências sociopolíticas de cada época. Mesmo com o disposto no artigo 40 da Constituição Federal, de 1988, no seu parágrafo 3, ao estipular que o tempo de serviço público será computado integralmente para efeito de disponibilidade, houve que se arguir o Supremo Tribunal contra medida governamental ao tempo das medidas do governo Collor³⁶.

Os textos constitucionais, bases normativas que se optou, aqui, por utilizar, serviram, assim, como interface de reflexão a nortear o referencial teórico que se sobrepõe aos diversos instrumentos normativos, regentes dos direitos trabalhistas e humanos, ao longo do tempo, dos servidores públicos federais. Sua análise, e a síntese apresentada permitem vislumbrar, com nitidez, a ruptura que o modo de operar o instrumento da disponibilidade no governo Collor representou com a Constituição Federal de 1988, símbolo do retorno à democracia, e sua similaridade, maior, com os preceitos da Constituição (1967)³⁵ promulgada durante a ditadura militar e, por infeliz que se perceba, com Emenda Constitucional, de 1998^A.

Como já mencionado, optou-se por apresentar a dissertação sob a forma de artigo, onde os resultados do trabalho de campo e a discussão foram realizados. O foco foram servidores públicos federais lotados no Estado do Rio de Janeiro, à época da disponibilidade. A elaboração metodológica pode ser observada com maior detalhe no artigo. O que se explicita, aqui, é que se optou por abordagem qualitativa, com entrevista individual, a partir de roteiro semiestruturado. Discussões relacionadas a limitações podem ser observadas no artigo.

A pesquisa realizada para contextualização, que precede a apresentação do artigo, foi realizada na base de dados da Bireme, incluindo Lilacs, Medline, Scielo, bases de dissertações e teses, além da biblioteca da ENAP. Os descritores primários utilizados foram “disponibilidade”, “governo Collor”, “era Collor”; “saúde do trabalhador”, “serviço público”; “servidor público federal”, “reforma administrativa”.

Logrou-se encontrar resultados para os descritores isolados. Porém, só se encontrou resultados para “era Collor” ou “governo Collor”, que tratassem da temática da reforma administrativa, em si, inclusive discussão sobre questões de cunho jurídico constitucional sobre a disponibilidade em tal período. Sobre saúde dos servidores públicos federais, não se conseguiu encontrar, porém, nenhum estudo.

3 - Conclusão

Este estudo ajudou a mostrar que, antes de quaisquer considerações sobre adequações de caráter burocrático de reformas administrativas, a vida das populações e dos servidores públicos que as servem devem ser valorizadas e preservadas. Outorgar ao funcionalismo a culpabilidade pela ineficiência da máquina pública e impor regras lesivas as suas saúdes parecem retratar mais esquemas de acobertamento de ocorrências políticas originárias das próprias esferas decisórias de poder do que desejos eficazes de modificações. A reforma administrativa do governo Collor é comumente lembrada pela abertura econômica, apesar dos escândalos políticos e econômicos que a cercaram, das várias revisões efetuadas e das violentas consequências sobre trabalhadores e população.

É relevante, portanto, que a proclamada Saúde do Trabalhador, estrutura conceitual sobre a qual se debruça este estudo, não tenha se aproximado do tema dos potenciais efeitos sobre o binômio saúde-doença decorrentes da disponibilidade ocorrida no governo Collor. Fincada na compreensão da estrutura sociopolítica, perde momento relevante da contemporaneidade ao não atentar sobre instrumentos de assédio coletivizado a servidores, e, mesmo, à população.

Não se trata de compreender a lógica mercadológica nas diversas nuances, dentre as quais a globalização, e sua contribuição, mas de considerar mais as condutas humanas e se concentrar nesta análise, incluindo-a como aspecto imprescindível para toda e qualquer decisão baseada no preceito da igualdade de direitos, na democracia e equidade no serviço público. Trata-se, também, de conferir o devido valor ao servidor público.

O governo, bem como parte considerável do empresariado, diante do contexto neoliberal, manteve seu foco na produção, menosprezando direitos, alterando deveres e escamoteando conquistas trabalhistas, em respeito à cartilha internacional, contra os direitos de trabalhadores nacionais. A dor, a insegurança, o medo foram tratados como efeitos colaterais necessários e usados como instrumento para silenciar a população e, em especial, servidores amedrontados. Mesmo a estabilidade, direito constitucional, conquistada por concurso público, viu-se ameaçada.

O estudo de campo (vide artigo) reforçou tais argumentos. Os servidores ouvidos relataram medo, insegurança, intensas incertezas futuras, chefias e colegas a desprezá-los, com alterações, por vezes, de suas trajetórias de vida. Vergonha e baixa autoestima, sofrimento, diante de uma realidade indefinida estiveram presentes em vários servidores, durante o período de disponibilidade.

A história individual e a subjetividade parecem ter exercido forte componente nas resoluções, seja pela busca incansável e obstinada de alguns para sua reintegração ao serviço público, seja pela expectativa de retorno e garantia dos seus direitos, ou pelo apoio social recebido, tanto por familiares, amigos, colegas e chefia. A busca pela reintegração, reforçada por muitos servidores, serviu como elemento agregador no início do processo de disponibilidade. Alguns servidores, diante do inevitável, em especial os que já exerciam atividades não públicas prévias, reforçaram ou mesmo iniciaram atividades laborais ou formação acadêmica. Porém, não se pode desprezar repercussões vividas e refletidas pós disponibilidade, mesmo que tenham, em algum momento, sido desconsideradas pelos respondentes.

Neste estudo, ficou evidente que medidas sistêmicas sobre a máquina de governo, em especial que afetem os servidores públicos, devam depender de ampla discussão social e jurídica, evitando-se açodamento que encubra potenciais efeitos sobre a saúde de trabalhadores. A participação da sociedade, dos servidores e do governo deve antecipar quaisquer medidas que interfiram com os processos de trabalho, objeto primeiro e central do controle de suas saúdes.

Outros estudos fazem-se necessários sobre o período Collor, em especial sobre os vários tipos de efeitos sobre a relação saúde-trabalho de servidores. Devem incluir-se em rol amplo e necessário de pesquisas sobre a saúde de servidores públicos.

Faz-se relevante, também, ampliarem-se análises sobre controle social e déficit democrático nos órgãos governamentais, para que se possa resguardar o princípio da justiça social e trabalhista tanto no âmbito federal, como no caso estudado dos servidores públicos federais, quanto nos âmbitos estaduais e municipais. Neste trabalho, observou-se baixa adesão de trabalhadores a movimentos de luta por seus direitos sociais: o medo de tais medidas talvez seja reduzido com maior presença de trabalhadores e população em instâncias decisórias, objeto que também se abre a investigações futuras.

4 - Referências bibliográficas

1. Minayo-Gomez C, Thedim-Costa SM da F. *A construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas*. *Cadernos de Saúde Pública*, 1997; 13 (supl. 2): 21-32.
2. Tambellini AMT. Avanços na formulação de uma Política Nacional de Saúde no Brasil: As atividades subordinadas à área das relações produção e saúde. I Conferência Nacional de Saúde dos Trabalhadores: Brasília. Rio de Janeiro: Cesteh/Ensp/Fiocruz. 1988 [mimeo].
3. Costa FL, Cavalcanti BS. *Mudança Organizacional no setor público*. Revista EBAPE/FGV, v.25, n.1, p. 82-106, 1990.
4. Brasil. Câmara dos Deputados. Audiência pública n. 2000; *Debate sobre o tema demitidos do Plano Collor – Lei 8878/94) – Problemas e soluções*. Brasília/DF. 07 fev 2007.
5. Castel R. *Metamorfoses da questão social*. Petrópolis, Editora Vozes, 1998.
6. Borges LO, Tamayo AA. estrutura cognitiva do significado do trabalho. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, 1 (2), 11- 44. 2001
7. Lacaz FA. *Qualidade de Vida no Trabalho e saúde-doença*. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.5, n.1, p.151-161, 2000
8. Antunes R. *Fordismo, Toyotismo e Acumulação Flexível*. In *Adeus ao Trabalho?* Editora Universidade Estadual, São Paulo, 1995
9. Seligmann-Silva E. *Desgaste Mental no Trabalho Dominado*. Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Cortez, 1994
10. Angerami VA, Santos RA. Dados sobre a tentativa de suicídio e sua relação com o desemprego. In *Suplemento de Ciência e Cultura da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência*, n:36 (7), 1984.
11. Seligmann-Silva E. Desemprego e psicopatologia da recessão. In: Borges LH, Moulin MGB, Araújo MD (orgs.). *Organização do trabalho e saúde: múltiplas relações*. Edufes, Vitória. 2001 p. 219-254.
12. Antunes R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 3 ed. São Paulo: Boitempo, 2000
13. Segnini RPL. Reestruturação nos bancos no Brasil: desemprego, terceirização e intensificação no trabalho. Em *Educação e Sociedade*, n 67, agosto de 1999.
14. Fiori, JL. O Brasil na mudança mundial: espaços em disputa. In: *Brasil em desenvolvimento: Ciclos de Seminários IE-UFRJ/CEPAL*. Rio de Janeiro, 2003.
15. Vasconcellos LCF. *Saúde, Trabalho e Desenvolvimento sustentável: apontamentos para uma política de Estado*. [tese]. Rio de Janeiro (RJ): Escola Nacional de Saúde Pública, Fiocruz; 2007.
16. Batista, PN. O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino americanos: alienação do patrimônio público. In: Batista PN et al. *Em defesa do interesse nacional: desinformação e Janeiro*, Eduerj, 1993.
17. Vasconcellos LCF, 1999. Relações saúde-trabalho na infância e juventude. Texto preparado para a Cátedra Internacional de Juventude, Educação e Emprego em Tempo

- de Globalização, 28-29 dez. Rio de Janeiro: UNIRIO - Fundação MUDES/Instituto Brasileiro da Juventude [mimeo]
18. Hirata H, Segnini L. In: *Organização, Trabalho e Gênero*. Editora SENAC São Paulo. Série: Trabalho e Sociedade. p 112-113. 2007.
 19. Antunes RA *Desertificação Neoliberal no Brasil. Autores Associados* – São Paulo, 2005.
 20. Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Anistia: Histórico. Acessado 2010 jan 10] Disponível em: <http://www.servidor.gov.br/anistia/historico.html>
 21. Castanhar JC. *100 dias do Governo Collor – Avaliação da Reforma Administrativa*. Cadernos EBAP; n: 54, FGV; Agosto 1990.
 22. Brasil. Constituição Federal. República Federativa do Brasil. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal; 1988.
 23. Mello CAB de. *Regime constitucional dos servidores da administração direta e indireta*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.
 24. Mello CAB de. *Curso de direito administrativo*. 8. ed. São Paulo: Malheiros, 1996.
 25. Oliveira GHJ. A disponibilidade remunerada dos servidores públicos à luz da Constituição de 1988. *Revista de Informação Legislativa*, 35(137): 165 – 177. 1998.
 26. Brasil. Decreto 200 Federal n: 99300, de 15 de junho de 1990. Dispõe sobre os proventos dos servidores postos em disponibilidade e dá outras providências. *Diário Oficial da União* 1990; 16 jun
 27. Brasil. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 313, de 21 agosto de 1991. Emente constitucional n: 1659-3 Servidor em disponibilidade, proventos. Supremo Tribunal Federal.
 28. Machado EM, Umbelino LM. Estabilidade: perspectivas de flexibilização. ENAP Brasília: 2001.
 29. Organização Internacional do Trabalho. Relaciones de Trabajo en la Administración Pública. Tendências e Perspectivas. Informe General. Comisión Paritaria del Servicio Público : 1991. [acessado em 2010 fev 13] Disponível em <http://ilo.br>.
 30. Brasil. Constituição Política. Império do Brasil. 1824.[acessado em 2010 fev 13] Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.
 31. Brasil. Constituição dos Estados. República dos Estados Unidos do Brasil; 1891 [acessado em 2010 fev 13] Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao
 32. Brasil. Constituição dos Estados. República dos Estados Unidos do Brasil; 1934. [acessado em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao.
 33. Brasil. Constituição dos Estados. República dos Estados Unidos do Brasil; 1937;[acessado em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao.
 34. Brasil. Constituição dos Estados. República dos Estados Unidos do Brasil; 1946; [acessado em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao.
 35. Brasil. Constituição dos Estados. República dos Estados Unidos do Brasil; 1967. [acessado em 2010 fev 13] Disponível em:www.planalto.gov.br/ccivil03/constituicao
 36. Tácito C. A disponibilidade na Constituição de 1988. *Revista de direito público*, São Paulo, v. 24; 1990. 96: 94-100.

5 - Artigo

DISPONÍVEIS NO TRABALHO, DISPONÍVEIS PARA A VIDA? SAÚDE-DOENÇA, TRABALHO E RELAÇÕES PESSOAIS DE SERVIDORES PÚBLICOS POSTOS EM DISPONIBILIDADE, NO GOVERNO COLLOR (1990-1992).

AVAILABLE FOR WORK, AVAILABLE FOR LIFE? HEALTH-DISEASE, LABOR AND PERSONAL RELATIONSHIPS OF CIVIL SERVANTS WHO WERE COMPULSORILY AWAY FROM WORK DURING COLLOR GOVERNMENT (1990-1992).

Eliana Guimarães Félix^{1,2}, William Waissmann¹

1. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca

Rua Leopoldo Bulhões, 1480 – Manguinhos - Rio de Janeiro/RJ - Brasil.

CEP: 21041-210

Tel: (21) 2598-2682

Prédio 1º de maio, Sala 16 - CESTEJ

2. Instituto de Tecnologia em Fármacos - Farmanguinhos

Av. Comandante Guarany 447 – Jacarepaguá - Rio de Janeiro/RJ - Brasil.

CEP: 22775-903

Tel / Fax: (21) 3348-5050

Endereço para correspondência:

Eliana G. Félix

Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca

elianagfelig@gmail.com

O trabalho não recebeu subvenção para sua realização.

O artigo se baseia na dissertação de mestrado da autora principal. Ano de defesa: 2011, Instituição: Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca. Título da dissertação: **DISPONÍVEIS NO TRABALHO, DISPONÍVEIS PARA A VIDA? SAÚDE-DOENÇA, TRABALHO E RELAÇÕES PESSOAIS DE SERVIDORES PÚBLICOS POSTOS EM DISPONIBILIDADE NO GOVERNO COLLOR).**”

Rio de Janeiro, 24 de março de 2011.

**ARTIGO A SER APRESENTADO A “REVISTA BRASILEIRA DE SAÚDE
OCUPACIONAL”**

**TÍTULO: DISPONÍVEIS NO TRABALHO, DISPONÍVEIS PARA A
VIDA?SAÚDE-DOENÇA, TRABALHO E RELAÇÕES PESSOAIS DE
SERVIDORES PÚBLICOS POSTOS EM DISPONIBILIDADE NO GOVERNO
COLLOR (1990-1992).**

**TITLE: AVAILABLE FOR WORK, AVAILABLE FOR LIFE? HEALTH-
DISEASE, LABOR AND PERSONAL RELATIONSHIPS OF CIVIL SERVANTS
WHO WERE COMPULSORILY AWAY FROM WORK DURING COLLOR
GOVERNMENT (1990-1992).**

PÁGINA DE ROSTO:

TABELAS: ANEXOS 1,2,E 3

ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS: ANEXO 4

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO: ANEXO 5

PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA: ANEXO 6

CARTA DO GOVERNO ENVIADA A UM DOS ENTREVISTADOS: ANEXO 7

DISPONÍVEIS NO TRABALHO, DISPONÍVEIS PARA A VIDA? SAÚDE-DOENÇA, TRABALHO E RELAÇÕES PESSOAIS DE SERVIDORES PÚBLICOS POSTOS EM DISPONIBILIDADE NO GOVERNO COLLOR (1990 – 1992).”

AVAILABLE FOR WORK, AVAILABLE FOR LIFE? HEALTH-DISEASE, LABOR AND PERSONAL RELATIONSHIPS OF CIVIL SERVANTS WHO WERE COMPULSORILY AWAY FROM WORK DURING COLLOR GOVERNMENT (1990-1992).

Resumo:

Esta pesquisa baseou-se na disponibilidade, caracterizada pela inatividade temporária e compulsória de servidores públicos federais, residentes no município do Rio de Janeiro, durante o governo Collor (1990-1992), e na estreita relação saúde-trabalho vivida por tais trabalhadores. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com onze destes servidores, em estudo transversal, de base qualitativa, e seus resultados analisados em três categorias analíticas (relações pessoais, trabalho e saúde-doença), em três momentos (antes, durante e depois da disponibilidade). Os resultados apontam vivências de sofrimento, violência e profunda insegurança de servidores quanto aos futuros de suas carreiras públicas, com consequências sociais e sobre a saúde de alguns dos trabalhadores, em especial durante o período de disponibilidade. Mesmo sem parecer haver comprometimentos orgânicos de maior monta (destacam-se cardiovasculares e endócrino-metabólicos), as relações de trabalho viram-se profundamente afetadas, com comportamento excludente de antigas chefias e colegas de trabalho, levando a sensações de sofrimento, baixa autoestima e medo. A busca por trabalho durante a disponibilidade, mesmo remunerada, fez que alguns trabalhadores se agrupassem, demonstrando a relevância da categoria trabalho em suas vidas e o medo do desemprego de servidores concursados, fruto da carência de informações sobre suas situações laborais. Alguns dos trabalhadores a melhor lidarem com a situação, dispunham de trabalhos não públicos complementares e/ou suporte familiar e social para lidarem com as sobrecargas psíquicas. O que se conclui é que reformas administrativas que não respeitem a saúde de servidores, que não contem com a população e os servidores em suas resoluções, tendem a representar atitudes não democráticas, por vezes revogáveis no judiciário, como no caso em questão.

Palavras-chave: disponibilidade, saúde do trabalhador, servidor público, reforma administrativa, governo Collor.

Abstract:

This research was based on the compulsory away from work (CAFW) experienced by federal civil servants living in the city of Rio de Janeiro during the Collor government (1990-1992), and the close relationship between health-work experienced by such workers. Semi-structured interviews were conducted with eleven of these servers in cross-sectional study, which has a qualitative base and its results are analyzed in three categories (personal relationships, work and health-disease), in three periods (before, during and after the CAFW). The results indicate experiences of suffering, violence and deep insecurity of servers for the future of their public careers, and social consequences on the health of some workers, particularly during the period of compulsory away from work. Even without appearing to be the relevant organic effects (highlighting cardiovascular and endocrine-metabolic disorders), labor relations found themselves deeply affected, with exclusionary conduct of former bosses and colleagues, leading to feelings of distress, low self-esteem and fear. The search for work, even without compensation, led some workers to meet themselves, demonstrating the centrality of work category in their lives and fear of unemployment, resulting from the lack of information about their work situations. Some of the workers who better handled the situation, had additional no public jobs and/or family and social support to cope with the psychological overload. Which is apparent is that the administrative reforms that do not respect the health of servers, which do not count on the people and the servers in its resolutions tend to represent undemocratic attitudes sometimes revocable in the judiciary, as in this case.

Keywords: compulsory away of work, occupational health, public servant, administrative reform, Collor government.

1.Introdução e Justificativa

O tema central deste artigo é aspecto não estudado na literatura brasileira sobre as relações saúde e trabalho: os efeitos da disponibilidade de servidores públicos ocorrida no governo Fernando Collor de Mello (1990 - 1992) sobre sua saúde, proveniente dos modos e mudanças de governança do Estado Brasileiro, ocorridas durante esse período.

Durante o governo Collor, uma pretensa modernização do Estado, em cumprimento da agenda neoliberal internacional, realizou reforma radical do Estado brasileiro, que levou à extinção e fusão de órgãos estatais (COSTA; CAVALCANTI, 1990). Consequente às mudanças estruturais, milhares de servidores públicos ficaram à margem de seu trabalho cotidiano, o que modificou sua vida profissional, familiar e social.

A reforma atingiu mais de 100.000 servidores públicos (ANISTIA, 2010), ocasionando demissões, exonerações, aposentadorias estimuladas e a colocação em disponibilidade de servidores públicos federais, determinando, neste último caso, objeto deste estudo, a inatividade temporária de trabalhadores, até então empregados, que em muitos casos passaram a ser atormentados pelas indefinições laborais e o risco perene e ameaçador do desemprego.

Impedidos de trabalharem e exercerem suas funções no serviço público, muitos servidores em disponibilidade 'ficavam em casa', recebendo seus proventos, aguardando definições sobre sua vida e trajetória funcional futura. A inatividade temporária compulsória, vivida pelos servidores públicos, parece ter provocado efeitos de variados matizes sobre a saúde, seja pela ausência compulsória ao trabalho, seja pela insegurança associada ao tempo futuro, traduzida por sentimentos de baixa autoestima; falta de perspectiva; interrupção da trajetória de vida; sensação de vazio existencial (GUNNEL et al., 1993; SARRIERA, 1993).

Como observou Chauí (2000), na sociedade contemporânea ocidental capitalista, percebe-se que o trabalho vai além do trabalho e o não trabalho vai também mais além do desemprego (CHAUÍ, 2000). E este além pode, ao menos potencialmente, representar a diferença entre os efeitos que cada um sente.

O modelo adotado pela reforma do Estado brasileiro, no período Collor, ao ser retratado em sua crueza no episódio da disponibilização dos servidores, permite a visualização de medidas políticas no âmbito da gestão pública, que têm todo o potencial de intensamente repercutir sobre a saúde e a vida das pessoas. Essas ações contra os servidores públicos devem ser analisadas à luz das relações saúde-trabalho, de modo a subsidiar tomadas de posição mais respeitosas com os direitos humanos fundamentais, dentre os quais a saúde. Os desdobramentos das ações deste período fazem-se sentir até hoje.

Apesar disso, e de estudos sobre a relação saúde e trabalho no setor público brasileiro terem discutido as condições de vida e de trabalho a que estão expostos os servidores públicos, ainda é incipiente a produção científica sobre demandas de saúde do servidor público (GEHRING Jr.; CORREA FILHO, 2003); o que gera carência de conhecimento sobre a saúde do servidor público, de maneira geral caracterizada pela inexistência de abordagens que investiguem as relações entre saúde e disponibilidade no período Collor.

Em matéria de saúde, a produção de conhecimentos é um fator fundamental de subsídio para a tomada de decisões na gestão pública. A justificativa deste trabalho se pautava na intenção de trazer à tona situações até então invisíveis, cujas repercussões sobre a vida

dos servidores podem ser patentes. A pesquisa buscou, a partir das falas de alguns dos servidores acometidos pela medida administrativa da disponibilidade, observar consequências da medida, através da análise dos relatos destes disponibilizados que viveram a inatividade temporária compulsória ocorrida no governo Collor.

2. Objetivo:

O objetivo deste trabalho é detectar eventuais repercussões sobre a saúde percebidos por servidores públicos federais como consequentes à disponibilidade (inatividade temporária compulsória) a que foram submetidos no período Collor.

3. Métodos:

Inicialmente, o objetivo era entrevistar e abordar, em grupo focal, servidores postos em disponibilidade, no período Collor, a partir de grupo com, aproximadamente, 25 servidores públicos, que se reuniam movidos por interesses comuns, desinstitucionalizados e no Rio de Janeiro. Durante a elaboração da dissertação, porém, houve desagregação do grupo.

Procurou-se por novo grupo, sem sucesso. Auxílio de servidora pública federal foi providencial. Conhecidora de funcionário posto em disponibilidade, no período Collor, este foi indicado e se dispôs a participar da pesquisa. A partir deste servidor inaugural, outros servidores conhecidos foram sendo listados e contatados, em relação inicial de quatorze servidores. Deste total, foram entrevistados, de fato, onze, por questões relacionadas a agendamento (não comparecimento, após, ao menos, três tentativas, no horário e local agendado. Nos três casos, os servidores não compareceram nenhuma vez, mesmo em horários diversos). As características de inclusão não restringiam sexo ou faixa etária, mas os servidores deveriam estar lotados no Estado do Rio de Janeiro, ao tempo da disponibilidade. A amostra, portanto, foi selecionada dentro das possibilidades concretas de acesso com as quais a pesquisadora se defrontou, dentro do escopo de dificuldades que representou localizar servidores postos em disponibilidade, há 20 anos.

O questionário foi elaborado com questões abertas, objetivando compreender efeitos sobre aspectos laborais, das relações pessoais e do binômio saúde-doença, apresentadas em referência a três tempos diversos (antes, durante e após a disponibilidade). As perguntas, de cunho geral e condutor das entrevistas, podem ser observadas no anexo seis. As entrevistas foram realizadas de 01 de julho a 31 de outubro de 2010, gravadas e transcritas na íntegra, baseadas na técnica de análise qualitativa do discurso e do conteúdo, categorização e identificação de possíveis recorrências. Este procedimento analítico se inicia com uma leitura flutuante do texto (MINAYO, 1996) e teve por objetivo primordial identificar as unidades mais significativas no discurso dos informantes. Após a transcrição das gravações, os dados coletados foram tratados com base na técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 1977). Este método de investigação tem, principalmente, a intenção de produzir possíveis inferências, recorrendo a indicadores de conhecimentos relativos às condições de produção (ou recepção) das mensagens. Buscou-se identificar categorias temáticas em cada uma das questões presentes nas entrevistas, configurando um agrupamento de significado que compunha a fala dos entrevistados.

Há que se atentar, ainda, que, quando se questionou os entrevistados quanto às condições econômicas e/ou financeiras, o quesito não se prendeu ao provento do entrevistado ou de sua família, mas de sua percepção em relação às suas possibilidades

econômicas gerais.

Dentro do que se expôs, atenção deve ser dada a vários interferentes potenciais nos resultados. Questões associadas à realização de entrevista sobre passado desagradável, podem determinar interferência na memória ou nos significados e nas sensações assumidas. Nove dos onze servidores são de um único ministério, o que pode determinar viés relacionado às especificidades das aplicações da disponibilidade, neste ministério, em relação aos demais. O estudo se limitou ao Estado do Rio de Janeiro, o que pode trazer viés, também, em função das mesmas especificidades, já descritas.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (anexo 8), e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (anexo 7), conforme normas pertinentes, foi lido, esclarecido e devidamente assinado por todos os participantes, aos quais se entregou uma via.

Os nomes dos indivíduos foram mantidos em anonimato, recebendo cada relato código numérico. Como forma adicional de garantia de anonimato, os locais mencionados, quando identificados, foram denominados XX. Todos os dados estão sob guarda adequada.

A devolução dos resultados aos entrevistados será realizada em 2011, de forma individual, mantido o anonimato.

4. Resultados:

4.1. Antes da Disponibilidade:

4.1.1. Categoria dados e relações familiares

A idade média (1990) era de, aproximadamente, trinta e cinco anos (mediana de 34 anos), seis entrevistadas eram mulheres, dez anos era o tempo médio de serviço (mediana de nove anos) e o segmento ou órgão em que trabalhava a maioria (n=9) dos entrevistados era o da Saúde. Dez exerciam cargos de nível médio, sendo sete datilógrafos (um com ensino superior incompleto, quatro com ensino médio completo, um com ensino fundamental completo e um com ensino fundamental incompleto) e três artífices em eletricidade e comunicação (dois com segundo grau completo e um com ensino fundamental incompleto). Apenas um profissional exercia atividades que exigiam nível superior (biblioteconomia). Observem-se alguns pormenores nas tabelas 1 e 2.

Local da Tabela 1

Local da Tabela 2

Antes da disponibilidade, cinco entrevistados moravam com os pais e não tinham filhos, dois moravam com os cônjuges e não tinham filhos, dois moravam com cônjuges e tinham filho(s) e dois estavam separados ou divorciados e moravam com filho(s).

As relações familiares foram descritas tanto como harmônicas, quanto como conflituosas, com rupturas ou perdas. Tais relações tiveram influência e foram influenciadas pela disponibilidade:

“Costumo dizer que a minha família é a coisa mais importante na minha vida, **nós somos oito irmãos, um pai e uma mãe**, que nós já perdemos primeiro meu pai, depois a minha mãe. (...)

Assim, eles foram tudo, tudo que nós fomos, agradecemos a eles, e deixaram um coisa muito importante para mim: a minha família, nós somos muito **unidos**. Tá sempre um junto do outro, **um apoiando o outro**. Um ajudando o outro e agente não fica sem se ver. De maneira nenhuma. É a relação familiar pra mim é importante. Eu saí de dentro da casa dos meus pais com 30 anos, quando eu fui morar, quando eu casei com meu companheiro atual. Aí, é isso família para mim é tudo! Tudo! Tudo!”

Entrevistada - 07

“Morava com meus pais, meu pai e minha mãe e meus irmãos, logo que entrei pro serviço público ele faleceu, eu então morava com minha mãe e meus irmãos. Era uma relação normal, **harmoniosa, sem grandes problemas!**” **Entrevistada- 09**

“Éramos eu, meu pai, minha mãe e meu irmão. Minha mãe era terrível, ela jogava um filho contra outro, não era uma mãe acolhedora, meu pai sempre foi assim, um bom pai, nunca foi carinhoso, mas um ótimo pai. Me casei antes da disponibilidade.” **Entrevistada - 06**

“Tinha um casamento maravilhoso e dois filhos. Mas antes da disponibilidade, meu mundo caiu de repente, o casamento se desfez.” **Entrevistada - 03**

4.1.2. Categoria trabalho

Por unanimidade, os entrevistados recebiam seus salários regularmente:

“Sempre! Toda vida! **Uma das coisas boas é essa regularidade que o salário era depositado. Sempre achei o governo bom patrão**, sempre vem alguma coisa que não espero!” **Entrevistado - 01**

Porém, quando indagados sobre benefícios recebidos (assistência médica, alimentação e transporte), à época: um não lembrava se recebia, outro informou que não recebia benefício algum, um terceiro afirmou que só recebia auxílio alimentação, quatro confirmaram que recebiam todos os benefícios relatados, dois lembravam-se do auxílio transporte e assistência médica e dois da assistência médica. Portanto, oito se recordaram da assistência médica (Patronal), seis do transporte e cinco da alimentação.

Quando questionados sobre alguma atividade laboral, fora do serviço público, cinco deles confirmaram realizar outro tipo de atividade (aula particular para o ensino médio e fundamental, propriedade de oficina mecânica, confecção de bolos e doces para festas, revenda de cosméticos e prestação particular de serviços domiciliares de eletricidade).

Quanto às condições econômicas e/ou financeiras, dos onze entrevistados, nove relataram de média a boa situação financeira. Alguns, inclusive, moravam e tinham renda familiar complementada por familiares. Antes da disponibilidade, quatro adquiriram casa própria ou terreno para a construção da casa própria, carro e/ou reformaram suas casas:

“Estava pagando a casa própria!” **Entrevistada - 02**

“Eu ganhava muito bem como funcionária pública, criava meu filho, só tinha um. (...) E assim comprar um carro. Comprei! Eu fiz reforma na casa dos meus pais, mexia na casa, comprava isso e aquilo! Fiz terraço.” **Entrevistada - 07**

“Olha, infelizmente, quando Collor entrou, eu havia terminado de comprar um terreno para mim, eu morava num terreno que era a casa do meu pai, eu e minha família, então eu tinha. Entreguei o dinheiro na mão da proprietária do terreno, eu adquirindo o terreno. (...) eu tinha quitado e estava começando a construir a minha casa própria quando chegou esta bomba, né?” **Entrevistada - 04**

“Construímos uma casa e **quase terminamos a casa antes da disponibilidade, queríamos terminar a casa.**” **Entrevistada - 06**

Dois entrevistados mostraram expectativa de melhoria com a carreira pública, o que não foi mencionado pelos demais:

“Eu tinha mais sonhos, era mais jovem também (...) Então, eu me lembro que eu tinha **sonhos em relação ao INAMPS, em relação a essa coisa, assim, de saúde.** De achar que eu, formada, poderia conseguir outras coisas, **melhoria.** (...) **Mais valorizada** (...) estes cargos políticos eles conseguem pessoas que... gente sem qualificação, sem a técnica. Não são tão bons técnicos e aí entram porque conhecem fulano, porque são apadrinhados, a verdade é essa. E aí começam a bater de frente com quem tem competência. E aí cria aquele clima insuportável.” **Entrevistada - 09**

“Antes a situação financeira era razoável, sempre agente planeja alguma coisa, **pensava em melhorar no meu trabalho,** conseguir crescer na minha profissão, mesmo, através de ser um funcionário público, sempre pensei pra frente, desta forma, entendeu?” **Entrevistado - 11**

Foram relevantes questões associadas às relações com a chefia e com os colegas de trabalho. Dentre os entrevistados, três descreveram relações conflituosas com a chefia, destacando sentimentos de rejeição, medo, competição e rigidez:

“Com a chefia existia sempre, bom, pelo menos comigo, particularmente, sempre me senti assim, **não chegava a ser uma perseguição,** mas uma certa **rejeição,** por eu pensar um pouco diferente, agir diferente, por eu estudar, como, assim, **se eu quisesse tomar o lugar dele,** (...) como se fosse, assim, **uma ameaça** (...) desculpe, mas não sou puxa-saco, então eu me mantenho meio distante, calada, não falo muito da minha vida (...). Então, esse **silêncio** somado ao estudo, então, a coisa se tornou assim.” **Entrevistada - 09**

“Com a minha chefia, particularmente, não gostava de mim, eu **entrei no lugar da sobrinha dele,** entendeu?” **Entrevistada -**

“Chefia eu tinha um **chefe que era militar**, então eu morava em XX, se eu atrasasse dez minutos, ele me fazia sair dez minutos depois. Mas, aí eu não ligava não, porque eu resolvia e saía dez minutos depois. No início me incomodou (...) eu saía correndo pra pegar o trem, já entrava com o trem saindo, pulando no trem. Então, se eu perdesse aquele trem, os dez minutinhos que eu fiquei lá, eu já demorava mais uma hora para chegar, em casa. Então, me incomodava. Depois, resolvi relaxar.” **Entrevistada - 07**

Outros oito descreveram boas relações, com predomínio da confiança, afinidade e amizade:

“**Nunca tive desavença**. Levei cinco anos pra sair do XX. Meu diretor disse assim: bons funcionários, agente libera com pesar.” **Entrevistado - 01**

“A chefia, até hoje nós somos amigos, todas as minhas chefias, desde 78, lá embaixo, eu me dou com ele, tenho telefone, sei aniversário dele, ele liga pra mim, nós temos amizade, até colegas daquela data eu tenho amizade”. **Entrevistada - 04**

Quanto aos colegas de trabalho, a maioria relatou relações boas e tranquilas, apenas um entrevistado descreveu a relação com rejeição:

“Meus colegas eram poucos, nós éramos jovens, novos e poucos e os mais velhos; **não éramos bem vistos** pelos mais velhos (...)” **Entrevistada - 06**

4.1.3. Categoria saúde-doença

Oito dos entrevistados não relataram doenças. Todos os entrevistados desconheciam algum sintoma psicológico, antes da disponibilidade. As doenças relatadas foram mioma uterino, hérnia de disco, alergia e febre reumática, cada patologia em um dos entrevistados que as relatou. Apenas um entrevistado declarou uso de medicamento, de forma contínua, no caso, por patologia adquirida na infantil. Dois entrevistados descreveram afastamento do trabalho, sendo um por entorse de tornozelo e o outro por problemas com a visão.

4.2. Durante a Disponibilidade

4.2.1. Categoria dados e relações familiares: durante este período, dois datilógrafos com ensino superior incompleto graduaram-se, mudando o quadro geral para três servidores com ensino superior completo, sem alterações nos demais graus de formação.

Um dos servidores que morava com os pais casou, passando a morar com cônjuge, e um servidor casado se separou, não morando mais com cônjuge e filhos. Todos os demais mantiveram suas condições prévias, durante o período de disponibilidade.

Quanto ao tempo em que ficaram em disponibilidade, as informações coletadas estão sintetizadas na tabela 3.

Local da Tabela 3

4.2.2. Categoria trabalho

Dois entrevistados não souberam relatar a ocorrência de mudanças em seus vencimentos. Foi mantida assistência médica para os nove restantes. Destes, cinco perceberam redução dos vencimentos, por corte do auxílio transporte e alimentação.

Além dos cinco servidores que exerciam atividades laborais, por fora do serviço público, antes da disponibilidade, dois outros servidores passaram a integrar tal grupo, durante a disponibilidade (vendedor em loja de comestíveis e proprietário de oficina de eletrônica). O servidor que vendia cosméticos, com a disponibilidade, passou, além de reforçar sua atividade prévia em venda de cosméticos, a exercer a atividade de despachante.

Nos relatos quanto aos sentimentos relacionados à carreira, durante o período de disponibilidade, os servidores manifestaram ter sentido sofrimento, desespero, agonia, medo de perder o emprego, traumas, incapacidade, discriminação e, mesmo, certa esperança e otimismo:

“A disponibilidade não foi marcante (...) foi traumatizante, aquelas dúvidas do que ia acontecer bateu fundo, ter que correr atrás para ver se conseguia outro órgão. Não tá conseguindo ... até ver que não tem solução, esgota todos os meios. Um pequeno grupo onde trabalha corria atrás, uns conseguiam, outros não... a grande maioria ficava em casa ... só recebendo. Não queríamos ficar recebendo em casa, em troca de nada.” Entrevistado - 01

“Me pegou, assim, desprevenido, eu fiquei muito preocupado, demais. Na relação que apareceu meu nome com a matrícula, teve colegas que não conseguiram se controlar, ficou em depressão, eu soube de casos de pessoas que me falaram que outros até faleceram. Procurei continuar a trabalhar, aqui fora, porque eu já tava ali esperando que, de repente, pudesse haver demissão.” Entrevistado – 05

“Só fiquei triste. No começo, não senti nada, depois, me acostumei. A tristeza foi passageira. Fiquei só apreensiva no começo, mas, depois, me acostumei. Se eu perder aqui, depois eu vou conseguir outro, mesmo.” Entrevistada – 06

“Só a preocupação! Porque você imaginava que no outro mês poderia não ter salário, era uma coisa muito ruim.” Entrevistada – 07

“Mas, eu tenho um temperamento, assim, eu acho que depende de cada um, de como que você vê a vida, enxergam os problemas da vida, eu sou uma pessoa que procuro (...) canalizar as coisas pro lado que doa menos (...). E o negócio é esperar, porque agente que é pequeno e está abaixo de tudo, então agente tem que esperar, para ver como vai ficar e eu não vou me abalar, sou jovem (...). Eu acreditava que a coisa iria mudar, porque não

“tinha coerência legal, trabalhista.” Entrevistada - 09

Quanto às condições econômico-financeiras, identificaram-se preocupações com indenização, perda dos vencimentos, alterações de planos na aquisição de bens ou, mesmo, não percepção de mudanças e até melhoria:

“Eu senti que se fosse mandado embora, eu tinha que ser **indenizado**. Na minha cabeça era assim: tinha de ser indenizado!” **Entrevistado - 05**

“Foram alteradas. (...) **Aí, eu me programei para comprar o carro, coisa e tal, aí veio esta coisa e tapa**. Meu sonho foi adiado. Realmente, neste sentido, foi, **tinha outros sonhos de fazer pós-graduação, na época, né? Já foi adiado.**” **Entrevistada - 09**

“Em fevereiro, foi em fevereiro, eu tinha quitado e estava **começando a construir a minha casa própria quando chegou esta bomba, né? Uma bomba!**” **Entrevistada - 04**

“Mas, as possibilidades ficaram a mesma coisa. Não chegou a atingir você passar necessidade. Não houve nada disso.” **Entrevistado - 10**

“**Aumentei minha renda, tive mais tempo.**” **Entrevistado - 01**

“Eu trabalhei fora com venda de XX, Intensifiquei mais. Eu fazia outros tipos de serviço, de despachante, para poder. (...) nesta época da disponibilidade, **ele tentou (...) para que nós ficássemos em disponibilidade e fôssemos despedidos, tentou diminuir o salário, não conseguiu**, e nós ficamos como marajás.” **Entrevistado - 11**

“Consegui terminar a casa, não foram alteradas.” **Entrevistada - 06**

Identificaram-se diferentes sentimentos dos trabalhadores em relação as suas chefias, colegas postos em disponibilidade e demais servidores. Na maioria dos discursos relacionados à chefia, observaram-se relatos de medo, discriminação e indiferença dos chefes por estarem em disponibilidade. Apenas dois dos entrevistados relataram que sentiram preocupação com suas condições por parte das chefias e não se sentiram ameaçados, por estas:

“Eu nunca vinha no posto, mas colegas meus vinham e o diretor proibiu a entrada no posto, tinha **medo de acesso a algum documento** (...). Foi proibido o acesso ao XX.” **Entrevistado - 02**

“Existia um certo **gosto (...), prazer deles em verem a situação**. Estou me referindo à **chefia.**” **Entrevistada - 09**

“Perdi a convivência, o bairro, o nível não é o mesmo. **Quando você chegava a ter que ir ao posto, para o médico ou alguma**

outra coisa (pegar contracheque), parece que tinha perdido tudo. As pessoas tendem a esquecer.” (...) Quando se está em disponibilidade, acentua o pouco cuidado com o outro. Apenas colegas de trabalho e o interesse comum tava ali (no posto), não havia um comprometimento maior.” Entrevistado - 01

“Com a chefia, colegas de trabalho, **discriminação**, não podíamos entrar na sala onde trabalhávamos no prédio, quando o pessoal falava “é disponível”, o tratamento era horrível! **Parecia que estávamos com uma doença contagiosa! Éramos discriminados Fomos discriminados! Eu fiquei muito revoltada. Muito!** (...) Foi horrível, uma discriminação total.” **Entrevistada - 04**

Com os colegas de trabalho não postos em disponibilidade, três relataram grande decepção, cinco relataram solidariedade e outros três não se decepcionaram, mas perderam a convivência com seus colegas de trabalho, durante o período de disponibilidade.

No caso de decepção, esta se expressa, por exemplo, em:

“E outros colegas, também, foi à maior **decepção** da minha vida, muito mesmo, tanto é que não vinha mais pegar o contracheque. (...) **Vir para quê? Para ser maltratada? Então eles achavam que nós ficamos em disponibilidade porque nós pedimos para ficar. Entendeu? Eles não entendiam porque nós íamos buscar os contracheques! Eu fui proibida de entrar, dentro do meu setor.” Entrevistada - 08**

Por outro lado, alguns vivenciaram solidariedade, empatia, amizade e preocupação com sua condição:

“Alguns falavam que não gostariam **de se sentir no meu lugar**, assim de estar vivendo aquilo, não gostariam. Outros diziam que queriam passar, outros falavam que sentiam pena da gente.”. **Entrevistada - 09**

“Os colegas passavam no meu trabalho, lá do comércio, as colegas ficavam para contar, você tem que ficar muito triste mesmo, porque a D. XX **falava que vocês estão em disponibilidade, recebendo dinheiro e são uns vagabundos**. Meus colegas passavam no trabalho e aí eu sabia das coisas do trabalho, apesar de não poder ir até o posto. Porque era proibido.” **Entrevistada - 03**

Com os colegas, postos em disponibilidade, houve reações de agrupamento e sentimentos comuns de busca de locais de trabalho, a maioria a relatar preocupação, irritação, revolta, medo, pânico. Mas há posições divergentes, inclusive, crítica por colegas terem tirado proveito da situação. Apenas um entrevistado permaneceu o período de disponibilidade distante dos demais. Veja-se:

“Os colegas, quando nos encontramos, às **vezes ligávamos uns**

para outros, alguns conseguiram vaga na Universidade XX (...).” Entrevistada - 02

“O fato agrupa as pessoas, tendência a se agrupar, inerente ao fato, agente estreita mais os laços, acaba frequentando mais a casa do outro, dividindo a necessidade. Apenas um pequeno grupo discutia as questões e o objetivo era procurar um local para ser lotado e saísse da disponibilidade.” Entrevistado - 01

“Fiquei mais próximo de algumas pessoas do que de outras. Sabia que não ia dar em nada, mas eu tinha medo de perder meu emprego.” Entrevistada - 08

“Nós nos unimos, tinha muitas passeatas, muitas coisas, foi uma briga feia. Foi uma briga. Aí, falavam assim: olha, o Hospital HCE está recebendo disponíveis. Aí, um ligava pro outro, olha, fulano vai pra lá, tem inscrição. (...) Nós fomos lá! “Ah, vocês são disponíveis? É preencher uma fichinha, por hoje é só! Vocês voltam e qualquer coisa agente liga. Ninguém nunca ligou para mim.” Entrevistada - 04

“Alguns colegas conversaram, trocavam informações, mas sempre tinham alguns colegas mais preocupados que outros, as pessoas são diferentes, né? (...) É uma preocupação demais, você sabe que tem uma estabilidade no emprego e de repente vem o governo e tira, de alguma forma tenta tirar tudo e não consegue, aí você fica naquela preocupação muito grande.” Entrevistado - 11

“Nós ficamos abatidos, nós ficamos recebendo todos os nossos direitos. Você trabalhar e daí a pouco ficar em disponibilidade. Foi muito triste. O povo da chefia administrativa dizia que éramos vagabundos, que nós ganhávamos nosso dinheiro sem trabalhar, uma coisa assim. Mas gente, nós não fizemos nada para isso.” Entrevistada - 03

“Os próprios colegas que estavam disponíveis, quando foi passando um mês, dois meses e eles viram que o dinheiro deles batia no banco, eles achavam que tinham de ficar muito tempo recebendo, sem trabalhar. (...) Aí, eu falava: passeata de rua, eu não gosto disso não, e eu ia embora para casa. Aí, quando essa gente se reunia, eles falavam: Meu dinheiro tá no banco e eles não podem tirar, se não podem tirar, é melhor eu ficar em casa sem trabalhar do que estar trabalhando! (...) Porque tinha gente que estava gostando daquela história, aí eu achava que não tinha que pegar telefone pra ouvir. Eu agoniada, desesperada e a menina a falar: “eles não podem tirar o dinheiro, porque o fulano falou. Eu falava assim, gente, não é questão de tirar o dinheiro, é o emprego.” Entrevistada - 07

“O sentimento do grupo era de revolta e medo, muito medo,

medo de perder o emprego, todo mundo tinha família. Se alguém disser para você que não ficou com medo, é mentira, o medo é uma coisa extraordinária, porque para você tentar controlar o medo, que possa ser prejudicado totalmente por causa de um governante, ele era um governante, né?”
Entrevistado- 10

Quanto ao ato da disponibilidade, em si, somente três entrevistados lembraram-se da data. Dois, apesar de não recordarem a data, sabiam o ano (1990). O restante não recordou nem o ano.

Sete entrevistados souberam estar disponíveis ao lerem seus nomes em cópias do Diário Oficial da União, afixadas em seus locais de trabalho. Três, apesar de também terem tido acesso aos Diários, receberam a informação prévia de suas chefias. Um dos entrevistados foi informado por carta (Anexo 7), mas não lembra seu teor ou procedência. Disseram alguns dos entrevistados:

“Aí, a gente chega pra trabalhar, vê seu nome afixado no pátio. Já havia aquele, todo mundo sussurrando da disponibilidade, até então achava que eles deviam adotar algum critério, primeiro havia prestado um concurso né, nós recebemos a notícia assim: as folhas do Diário Oficial foram afixadas numa parede e as pessoas iam lá e iam tomando conhecimento, então nós ficamos bem atordoados. (...) Todos os datilógrafos foram colocados em disponibilidade e agente sabe de caso ou outro que era apadrinhado e não entrou nesta lista. Entendeu? Foi uma coisa muito injusta! A colocação do Diretor da Unidade nos reunindo no auditório do Centro de Estudos, nos deu uma cartinha, que não estava nem assinada, e nos disse que dali para frente, teríamos de ter QI – quem indicasse. E nós saímos dali, com a cartinha, eu mesmo fui a alguns órgãos, mas todo mundo com um medo da disponibilidade. Aquilo nem procedia. Todo mundo foi correr atrás, né?” Entrevistada - 02

“Olha, foi uma coisa muito brusca, porque a direção na época era direção assim, muito assim: meu dinheiro tá no bolso e o resto que se dane! Então, era mais ou menos assim, aí ficamos sabendo que iríamos entrar em disponibilidade, porque o Collor queria, mas uma coisa tão longínqua, mais ou menos como se fosse um boato longe, uma coisa inatingível, e, de repente, chegamos para trabalhar, o pátio, que dava para a entrada do auditório, com várias falhas, aí todo mundo falando pra ver se seu nome tava lá. “Se tiver, você pode pegar sua bolsa e ir embora que você não tem mais trabalho. Não vai mais trabalhar, aqui!” “Nossa. que coisa estranha! Mas, tudo bem! Aí fui e olhei: É, tô.” Aí, fui me informar na administração. Nossa, aí, a coisa já mudou, aí, a coisa já foi bem fria: “Você pode assinar aqui. Você pode pegar sua bolsa, porque agente não sabe como vai ficar isso. Nós recebemos a comunicação lá de baixo, do centro, é uma coisa oficial.” Entrevistada - 09

“Nós já tínhamos ouvido falar que muitas pessoas iriam ficar em

disponibilidade, principalmente, os datilógrafos, só que não tínhamos uma certeza, nem visto uma lista, entendeu? **Então, quando o Diário Oficial chegou, na época, eu trabalhava no setor de orçamentária, só que meu chefe só tinha eu na datilografia, dentro do setor, só que meu chefe, até o último momento, escondeu isto, ele foi um amigão, então quando o Diário Oficial chegou, quase no final do expediente, ele não queria que eu visse o Diário. Ele me mandou, embora, antes do Diário chegar. (...) Eu disse, não, não. Eu vou ficar! E fiquei, lá, aí, ele disse, infelizmente, você está em disponibilidade.** Em princípio, eu aceitei, mas, no fundo, no fundo, eu não aceitei.” **Entrevistada - 08**

“Fui **informado, por carta**, não lembro do teor da carta, mas, provavelmente, tenho em casa... **mas, nada que valerá a pena ficar lendo.**” **Entrevistado - 01**

Apenas três dos entrevistados participaram de alguma forma de movimentos contra a disponibilidade. Um dos entrevistados não se recordou de ter ou não participado.

“**Participei assim: nós funcionários fomos parar na rua com apitão, (...) nós que estávamos em disponibilidade e tinham outras pessoas, sempre ao nosso favor (...)** Nós fomos pra rua, **muitos colegas meus passaram mal, muitos pediram, assim, e ficaram com medo,** que agente ficou em disponibilidade, ficamos à disposição, né? Não sabíamos se íamos ser mandados, embora. Então eu fui sim pras ruas, não fazendo bagunça. Parecia coisa de doido.” **Entrevistado - 05**

“**Me vi num turbilhão, me vi participando de reuniões, lá no sindicato, porque o sindicato foi o único que nos deu apoio, até uma luz no fundo do poço, eu que sou uma pessoa tímida, me via lá na cidade, na XX, aquele pessoal todo, aquela multidão e assina papel (...)** Foi uma experiência muito ruim. Não participei (...) não tenho perfil! Fui para a **XX, a multidão aglomerada lá, porque agente dava entrada nos papéis lá. Foi muito ruim, o objetivo era demitir agente...** Foi marcante!! Eu **morria de vergonha! Toda a imprensa noticiava e dava a ideia que eram os vagabundos que estavam na rua.** Era uma coisa de moralizar. Nós fomos usados, fomos pro sacrifício, pro Collor atingir os objetivos dele.” **Entrevistada - 02**

4.2.3. Na categoria saúde-doença, quando perguntados sobre a existência de alguma doença ou sintoma durante o período de disponibilidade, quatro alegaram doenças ou sintomas físicos (cardiovasculares e endócrino-metabólicos em três e um em coluna vertebral). A presença de comprometimento psicológico (incluindo distúrbios do sono) e sofrimento foram intensos e comuns, negados, apenas, por quatro. Ou seja, em torno de 65% dos entrevistados relataram depressão, choro, abalo emocional, distúrbios do sono, irritabilidade etc. Merece ser ressaltado que os dois sexos apresentaram tais quadros, com apenas um homem (em quatro) e três mulheres (em sete) não descrevendo tais condições. Os achados foram similares e não se pode creditar diferenças ao encontrado nos dois sexos. Exemplos de relatos são:

“Chorava, muito. Aí, fiquei um tempo assim e não voltou pro lugar (...) Minha pressão alta, passei mal, fiquei doente. Tive pressão alta. Tudo bem que como eu sou hipertensa de pai e mãe, eu iria ter pressão alta, um dia. Mas não com 20, 30 anos e poucos! Foi exatamente no dia em que eu li o nome, lá. Agente sabia. Sabia, mas não tinha o fato, né? Quando eu vi, tive dor de cabeça, fui levada pra emergência e a minha pressão estava 18 por 12. De lá pra cá, qualquer coisa, minha pressão vai embora.”
Entrevistada – 07

“Taquicardia, diabetes e hipertensão. Isto afetou o meu lado do sistema nervoso, meu lado emocional, não sei. Mas, eu fiquei com muita taquicardia, mas mudou minha vida totalmente. Dormia, em termos, porque se eu deitasse cansada, eu deitava e dormia aquele sono. Se eu acordasse, pela madrugada, eu não dormia mais. Tudo afeta o lado emocional e a minha diabetes. Eu acho que tive emocional, porque quando fico muito apreensiva, ela fica, lá em cima, e minha pressão também sobe e começou a acontecer depois da disponibilidade.” Entrevistada - 04

“(…) aquela sensação de perda, da incapacidade, parece que nós éramos incapazes. Foi horrível, uma discriminação total. Dói, porque é muito ruim. Parece que você é uma pessoa inútil, foi jogada fora, no lixo, como um objeto, como um papel que usou e jogou fora. Eu queria saber qual era o critério adotado para os disponíveis? Para ser castigado, punido. Isso foi uma punição! É uma punição! Foi horrível! Foi horrível! Foi horrível! Horrível! Muito ruim! Eu ia, de vez em quando, eu ia, no meu setor, mas com aqueles olhares assim: não vale nada! Chega pra lá! Saber como é que estava mesmo com essa discriminação, eu me sentia horrível, parecia que eu não podia encostar em nada e vendo meus colegas, na mesma função, mesmo cargo, mesmo setor e trabalhando.” Entrevistado - 04

“Primeiros meses foi tensão emocional, só isso, sentia preocupação, nervosismo, eu já estava casado, fiquei um pouco tenso, aí eu tive que me orientar com meu pai, meu padrinho, aí que eles me colocaram mais tranquilo, mas mexe um pouco com a parte emocional, mexe e acredito eu que deve ter mexido com muitos colegas meus.” Entrevistado – 10

“A coluna, eu sofri um acidente de automóvel, tudo que mexe com a coluna cervical não é uma coisa satisfatória. E com essa tensão emocional (...) Ela foi atingida pela parte emocional, como eu tinha esta parte frágil, aí aumentou ainda mais. Agora não foi, vamos dizer, eu fiquei com a parte emocional, só por causa da disponibilidade, eu já tinha um problema por causa do acidente de automóvel.”
Entrevistado - 10

“Não dormia bem não, sempre tive um pouco de dificuldade,

neste período da disponibilidade mais um pouco, ainda, apesar de que eu vou dormir tarde e acordo cedo. (...) Eu durmo pouco, mesmo. Na parte física, não repercutiu, mas na parte psicológica, eu senti mais, é assim, até na parte alimentar. Eu tive dificuldade, mesmo, dificuldade, que eu senti, nesta parte psicológica, eu senti que tive dificuldade, eu aumentei de peso, um pouco. (...). Eu tinha peso abaixo do que eu tenho hoje, eu procurei fazer uma dieta, mas na época eu aumentei de peso, eu tava sentindo que eu ia engordar muito (...) Acredito que como parte da ansiedade, a parte psicológica e passei a comer mais, compulsivamente.” Entrevistado – 11

“Então, eu caí em prantos, sabe quando uma pessoa quer parar de chorar e não consegue. Eu não consegui, não era chorinho não, era choro alto mesmo. Era como se eu tivesse perdido alguém importante, entendeu? Alguém! Isso, até eu falar (...). Aquilo me causou muita tristeza, depressão. Eu não fiz tratamento para a depressão, a única coisa que fiz, foi... eu trabalhava, por exemplo, à tarde, pegava às 13:00. Então eu fazia de tudo da minha rotina, quando dava meio dia e meio, eu me arrumava e ia para XX, e ficava ali rodando, rodando, tomava um sorvete, sentava, encontrava com um, encontrava com outro, era minha rotina. Até eu me acostumar que não ia voltar para o trabalho.” Entrevistada - 08

“Eu fiquei com uma depressão, até então, não sabia o que era depressão, nunca passou pela minha cabeça, eu nem ouvia falar em depressão, quando eu fiquei em disponibilidade, que eu cheguei em casa, eu nem fui pra minha casa, aquele negocio, você trabalha por tantos anos, eu comecei a trabalhar com quinze anos, então você se vê, de repente, em casa, porque o governo te colocou e o que falavam é que se você não conseguisse um lugar pra trabalhar, você ficar, que você iria ser mandado embora, quer dizer, aqueles anos todos que você trabalhou, tudo, tudo jogado fora, era o que eu pensava. Fiquei assim, desesperadamente, eu nem fui direto pra minha casa, fui pra casa da minha tia, que morava, na época, no XX, lá o pessoal me deu muito apoio, meu companheiro também.” Entrevistada - 08

“Estes nove meses foram para mim muito dolorosos, muito mesmo, uma coisa muito triste, de uma tristeza assim. Você já tem sua rotina, seu mundo né, seu trabalho e seu medo é tanto que já estou há três anos querendo me aposentar e não me aposento. Eu não estou preparada para me aposentar. Não estou!” Entrevistada - 08

“Fiquei muito deprimida, muito deprimida, muito triste.” Entrevistada - 02

“Com um abalo emocional, mexe dentro da gente. O que vem pela frente? Saber se vai conseguir outro serviço. Eu achei que

depois da disponibilidade viria a dispensa. Acho que todos acharam. Mas, emocionalmente, senti por dois ou três meses. Eu me adapto fácil, seja grande ou pequena. Como todo ser humano, agente chora a morte do defunto por um tempo, mas, depois, vai amenizando, até chegar um ponto que você deixa de pensar naquilo.” **Entrevistado - 01**

“Minha saúde não foi afetada.” Entrevistado - 05

4.3. Depois da Disponibilidade

4.3.1. Categoria dados e relações familiares

A escolaridade e a estrutura familiar permaneceram sem alterações em relação ao período anterior.

4.3.2. Categoria trabalho

Seis dos entrevistados relataram ter sido bem recebidos no retorno ao trabalho por suas chefias, um relatou ter sido mal recebido e quatro indiferença. Já, oito, foram bem recebidos pelos colegas não disponibilizados:

“A Chefia, pouco relacionamento, e **poucas manifestações. Fiquei feliz, ao voltar, acaba a sensação de que irá perder**, a chama se ascende, novamente, por menos, expectativa que você tenha de ascensão. Melhora (...) mas é o certo (...) se a vida piorar, um dia, é o certo, aquilo que vai te manter, na velhice.” **Entrevistado - 01**

“Ah, muito bem! **Eles ficaram muito felizes e a chefia também. Muita gente sofreu. Sofreu mesmo, com isto.** A chefia, também, ficou muito feliz, apesar de não ser a mesma.” **Entrevistada - 07**

“**Me receberam de braços abertos. Colegas, né?** Eles não tinham nada a ver com o governo, digamos, assim, contra mim. Eu sempre tive uma boa amizade, eu, graças a Deus, sempre fui querido, porque eu acho que sou querido, mas, às vezes, eu me decepciono, mas, às vezes, agente tenta tanto ajudar um colega, e, aí, se decepciona com a conduta dele, eu me decepciono à toa.” **Entrevistado - 10**

“**Tudo diferente. Não gostei do meu retorno.** Assim, **tudo gente nova, tudo, as minhas amizades se dispersaram**, as amizades do prédio anterior, uns foram pra um setor, outros, pra outro.” **Entrevistada - 04**

Apenas um servidor relatou perda salarial, depois da disponibilidade. Os benefícios retornaram a todos. Os dois servidores, que iniciaram novas atividades, fora do serviço público, no período de disponibilidade, as suspenderam, mas os cinco que as tinham, antes da disponibilidade, as mantiveram. Os servidores, que relataram alguma perda, do ponto de vista socioeconômico, alegaram que, após o retorno ao trabalho, restituíram suas condições originais.

“O salário, tivemos perda, não sei de que nível, não ficou equiparado com o pessoal da ativa, mas não houve congelamento.” Entrevistado - 01

“Continuo... por necessidades financeiras... só não trabalho tanto quanto antes (da disponibilidade). Consigo conciliar o meu plantão com o trabalho extra.” Entrevistado – 01

Outro grupo, contrariamente, relatou a possibilidade de ganho financeiro, novas ligações no trabalho, felicidade, valorização do trabalho e tranquilidade:

“Nós procuramos ver com outros órgãos, eles não olharam isto, um número pequeno conseguiu ser realocado. Eu não consegui e dei graças a Deus que isto aconteceu. Ganhei muito dinheiro. (...) A única coisa boa nisto tudo foi que eu casei. Conheci minha companheira, quando retornei. A volta foi como se tivesse voltado de férias. Quando fiquei em disponibilidade, parecia que haviam esquecido de mim, Mas quando voltei, parece que ligou tudo de novo.” Entrevistado - 01

“Fiquei feliz ao voltar, acaba a sensação de que irá perder a chama. Se acende, novamente, por menos expectativa que você tenha de ascensão. Melhora, mas, é o certo. Se a vida piorar, um dia, é o certo, aquilo que vai te manter na velhice.” Entrevistado - 01

“Nosso emprego é tudo, principalmente, um emprego, igual a este, acho que ninguém mais vai conseguir. Esse emprego é uma benção de Deus, isto é para quem dá valor, eu dou muito valor às coisas” Entrevistada - 08

“Hoje em dia eu vivo uma vida tranquila, depois que você tem uma estabilidade certa, eu cumpro minha carga horária, trabalho e sou feliz, eu não vou dizer a você que não sou feliz”. Entrevistado - 10

A grande maioria dos entrevistados retornou para o mesmo órgão, apenas um foi redistribuído para outro órgão. Quanto ao cargo, à totalidade dos pesquisados informou ter retornado para o mesmo cargo, apenas um retornou para o mesmo cargo e função. O retorno ao trabalho trouxe sentimentos diversos. Servidor relatou desorientação, injustiça, preocupação:

“Mesmo cargo. Eu não voltei pra mesma chefia, pois ela já havia se aposentado, nem pro mesmo prédio, fui pra outro prédio. Tudo diferente. Não gostei do meu retorno. Assim, tudo gente nova, todas as minhas amizades se dispersaram, as amizades do prédio anterior, uns foram pra um setor, outros pra outro, eu fiquei igual, uma folha no vendaval, voando pra lá e pra cá. Começar tudo de novo. O trabalho em si, eu fiquei muito perdido, eu trabalhava no arquivo, leis, decretos, arquivava tudo. Era fichário, eu estava super acostumado com meu trabalho, apesar de pouco tempo:

quatro anos, né? Eu fazia aquele trabalho e gostava muito. Então, mudou o ambiente, mudou o trabalho, eu fiquei perdido, então logo após eu pedi transferência para XX.”
Entrevistada – 04

A comunicação do retorno ao serviço público foi feita através de carta, apontada por alguns como sendo do sindicato, conforme relatado por 10 dos entrevistados. Um não se recorda:

“Eu recebi uma carta para me apresentar, no RH e, a partir daí, foram aqueles trâmites do retorno.” **Entrevistada - 02**

4.3.3. Categoria saúde-doença

Cinco entrevistados informaram permanecer com efeitos sobre a saúde após o retorno ao trabalho, que associaram, por vezes, à disponibilidade, por vezes não. Alguns relataram piora de quadros prévios e, outros, não alteração após a disponibilidade. Os três homens que relataram quadros associados a sofrimento, relataram que continuavam com sintomas como depressão, baixa auto estima, tensão e ansiedade. Afastamento por motivo de doença foi confirmado por três dos entrevistados (dois homens – patologia vertebral e uma mulher – febre reumática):

“Eu acho que hoje eu fico mais sensível com as coisas que acontecem. Também já tenho mais idade, aí as coisas repercutem mais na saúde.” **Entrevistada - 02**

“**Minha saúde ficou abalada, a hipertensão trago até hoje. O problema dos ossos carrego desde pequena. Febre reumática, essas coisas.**” **Entrevistada – 07.**

“**Tudo afeta o lado emocional e a minha diabete eu acho que tive emocional**, porque quando fico muito apreensiva, ela fica lá em cima e minha pressão, também, sobe. E começou a acontecer depois da disponibilidade.” **Entrevistada - 04**

“**Hoje tenho pressão alta e hérnia de disco diagnosticada aos 40 anos** de idade e, a partir, daí sou um eterno dependente de remédio. Tenho **problemas com triglicédeos, venho lutando com ele alto.**” **Entrevistado - 01**

“**Agora, de uns cinco anos pra cá, que comecei a tomar remédio**, tanto tempo de serviço, tudo que eu tenho daqui é um grampeador que o chefe de serviço me deu, nunca roubei nada daqui de dentro, tudo que eu tenho na minha casa, eu comprei. Eu entrei com (...) um colega, o YY, grosseiro, ele disse que se sumir alguma coisa aí, vocês vão ter que pagar. Eu saí e fiquei muito chateado e comecei a passar mal, **minha pressão subiu para 16. Aí, é que fui ao cardiologista. Não investigava. Só ia mesmo ao ginecologista, não tomava medicamento.**” **Entrevistada - 03**

“(...) **eu fiquei uma pessoa explosiva**, eu tenho de me controlar. Se eu estou dirigindo, alguém me dá uma fechada, eu chamo de

idiota. Meu companheiro diz que eu vou levar um tiro na cara. Eu era barata morta, inofensivo, depois fiquei muito agitado, quando vou ver, já fiz.” **Entrevistada – 04**

5. Discussão

No contexto das grandes transformações do mundo do trabalho (que inclui desemprego estrutural), tem se tornado cada vez mais tênue a distancia entre a psicopatologia do trabalho e a psicopatologia do desemprego, pela insegurança relacionada ao futuro do emprego de empregados e desempregados, representando uma escala de desgastes e configurando um trauma para a autoestima e identidade (SELIGMANN-SILVA, 1997; SANTOS, 2000).

Imposições organizacionais que afastem o indivíduo do sentido do seu trabalho repercutem negativamente em sua subjetividade. Quando impedido ou mesmo prejudicado na valorização do que faz, invariavelmente, o trabalhador desvaloriza a si próprio. Pior quando estas imposições são feitas de maneira humilhante, tornando as repercussões na relação saúde-doença ainda mais intensas. O não reconhecimento pode originar decepção, que pode desencadear quadros psíquicos reativos, similares à depressão; seu surgimento tende a relacionar sensação de injustiça, humilhação, falta de alternativas de reação, sucessivas perdas ou frustrações no trabalho, agravados pela falta de apoio e ausência de possibilidades reais para sua superação. Mesmo o indivíduo tecnicamente capaz se sente frágil e incapaz, em consequência das exigências oriundas do trabalho e pressões organizacionais exercidas pela chefia ou colegas. E quanto mais presente estiver à ameaça de perda da função, cargo e, principalmente, de perda do emprego, maior será a gravidade do quadro. (MALTRAJAT, 1994; SELIGMANN-SILVA, 1994; BARRETO, 2000; SELIGMANN-SILVA, 2003).

Alguns servidores públicos federais pesquisados relataram ter sido vítimas de humilhação. Foram proibidos até mesmo de entrar nos locais onde trabalhavam antes da disponibilidade, acusados de poder se apoderar de documentos. Apontam o fato com tristeza, decepção e frustração. Alguns destes acrescentaram o efeito causado: baixa autoestima e desestímulo.

A idade média dos servidores era de trinta e cinco anos (cinco tinham mais do que esta idade, apenas três tinham menos do que trinta). Como mostra SELIGMANN-SILVA (2003), desesperança, desalento e falta de perspectiva são intensificados quando as alternativas para um novo emprego são consideradas reduzidas, o que se torna mais desanimador quando a idade se aproxima dos quarenta anos. Isto está em acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), que mostram maior concentração de desocupados na faixa etária de 25 a 49 anos. Postos em disponibilidade, a situação dos servidores era indefinida. O desemprego era uma possibilidade, que se apontava à maioria (uma minoria se mostrou confiante). Mesmo mantido o salário, que no começo do período da disponibilidade era incerteza, houve perdas materiais e vários temiam a ruptura definitiva com o trabalho. O agrupamento, a busca por colocações, por encontro de novas posições de trabalho para servidores concursados, tornou-se uma rotina para muitos, mas não duradoura. Determinado servidor, como descrito, no início de seu período de disponibilidade, precisou manter

sua rotina, simular ida ao trabalho, ficando nas proximidades, para poder lidar com o sofrimento, evocando suas defesas psíquicas, com a sensação intensa de perda que se seguiu à disponibilidade. Uma determinação político-administrativa, de cunho autoritário, posteriormente, revertida pelas arbitrariedades que continha, com repercussões sobre a vida e, portanto, a relação saúde-doença de trabalhadores que serviam ao país.

As mesmas estratégias defensivas têm sido identificadas na ausência do trabalho (DEJOURS, 1998; SELIGMANN-SILVA, 2003), como também parecem surgir num período de inatividade temporária, apesar de remunerada, como é o caso dos disponibilizados desta pesquisa. No caso do sofrimento relatado, o ápice ocorreu durante o período de disponibilidade, deixando, repercussões duradouras em vários trabalhadores.

A dinâmica do sofrimento mental tanto pode favorecer a saúde como a morbidade (DEJOURS; ADBOUCHELI, 1994), conforme a experiência do indivíduo. É necessário entender-se que a subjetividade e o apoio social definirão a maneira como o trabalhador interagirá com a situação relacionada ao trabalho ou a falta dele e pode ou não significar o desenvolvimento de qualquer patologia ou quadro clínico relacionado ao trabalho. (SELIGMANN-SILVA, 2003).

A maioria não observou efeitos sobre sistemas orgânicos. Talvez, tal fato se relacione, ainda, ao período de afastamento do trabalho, não maior do que dois anos. De qualquer modo, número não desprezível de servidores considerou os efeitos como exercendo ação duradoura, em especial sobre a saúde psíquica, em termos gerais, e alguns sobre os sistemas cardiovascular e endócrino-metabólico (início ou agravamento de hipertensão arterial, taquicardia, obesidade etc.).

A impossibilidade de expressar o sofrimento e/ou injustiça quanto à ausência do trabalho imposta aos servidores em disponibilidade, comumente tratados como vagabundos pela própria imprensa, pode ter sido determinante para sua negação ou sublimação e “aceitação”, depois de período de tempo, quanto à situação vivida. Isto pode ter contribuído com a baixa participação dos pesquisados em ações e movimentos coletivos contra a disponibilidade. Pode ser que diante da tolerância e da vergonha e não menos da inibição da ação coletiva, com o aprofundamento do medo e submissão, a maioria dos servidores não tenham aderido ao movimento e ou ações que pudessem alterar situação vivenciada pela disponibilidade. Alguns dos pesquisados pode ter se afastado do sofrimento, negando-o e utilizando-se de mecanismo de apoio e solidariedade de familiares, colegas do trabalho, chefia etc.

O retorno ao trabalho demonstrou diferenças quando comparado ao momento de afastamento. O ato rude, agudo da disponibilidade por decreto, que parece ter feito emergir medo, maledicência e sentimentos de poder em muitos dos não disponibilizados, a quem cabiam informar ou negar informações aos disponibilizados, não parece ter sido a norma quando do retorno ao trabalho. A maioria dos servidores relata boa receptividade. Claro está que tais percepções dizem respeito, também, aos próprios servidores postos em disponibilidade.

Cada trabalhador (re)(inter)age com o trabalho conforme sua personalidade, sua vivência singular e, ao mesmo tempo, de acordo com “regras” coletivas que passam a fazer parte de sua vida. A junção resultante da construção coletiva de laços de confiança e solidariedade possui grande importância na proteção da saúde mental (SELIGMANN-SILVA, 2003). Isto retrata bem o contexto vivenciado pelos servidores públicos pesquisados, onde, cada um, mesmo pertencente ao conjunto de disponibilizados, reagiu conforme sua estrutura individual.

6. Conclusão

Este estudo teve como objetivo principal a análise da percepção e repercussão da relação saúde-trabalho dos servidores públicos federais colocados em disponibilidade durante o governo Collor.

Diante das condições especificadas, as percepções dos servidores públicos federais colocados em disponibilidade durante o período Collor podem ter sido modificadas, mesmo atenuadas pela distância de quase duas décadas do fato ocorrido e pelo retorno à atividade, também já ocorrido, há anos. Mesmo assim, os resultados são relevantes e demandam atenção.

As origens dos processos que causam sofrimento, além das relações com o trabalho, podem compartilhar relação mais direta com a violência. Uma violência mesmo não evidente, que passa pelo medo e humilhação, que entranha a vida das pessoas através da imposição de medidas administrativas, que surrupiam direitos trabalhistas e humanos. Violência de Estado, que pode se traduzir por assédio coletivizado e quase legalizado a minorias, por atitudes autoritárias de governantes. Violência que deve ser encarada como problema da saúde pública.

7. Referências bibliográficas

- ANISTIA, 2010. Lei No 8.878, de 11 de maio de 1994. Disponível em: www.servidor.gov.br/anistia/arq_down/lei/940511_lei_8878_historico.pdf. Acesso em: 11 fev. 2011
- BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70; 1977
- BARRETO, MMS. Uma Jornada de Humilhações. Dissertação. [Mestrado em Psicologia Social]. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.
- CHAUÍ, M. *Convite à filosofia* (12ª ed.). São Paulo: Ática. 2000
- COSTA, FL e CAVALCANTI, BS. Mudança Organizacional no setor público. Revista EBAPE/FGV, v.25, n.1, p. 82-106, 1990.
- DEJOURS, C.; A loucura do trabalho – Estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez, 1992.

DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E. e JAYET, C. *Psicodinâmica do Trabalho*. São Paulo: Atlas, 1994.

GEHRING Jr., G., CORREA FILHO, H. R. "Serviços públicos de saúde do trabalhador: a co-gestão em Universidade Pública", *Ciência & Saúde Coletiva*, v.8, n. 1, p.447-447, 2003.

GUNNELL, D., LOPATATZDIS, A., DORLING, D., WEHNER, H., SOUTHALLI, H. e FRANKEL, S. Suicide and unemployment in young people: analysis of trends in England and Wales, 1921-1995. *British Journal of Psychiatry*, v. 175, p. 263-270. 1993.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Mensal de Emprego. Estimativas para o mês 12/2010 – Fluxograma. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/pme_201012fluxograma.pdf. Acesso: 10 fev. 2011

MATRAJT, M. *Estudios en Salud Mental Ocupacional*. Texcoco. México: Taller Abierto, 1994

MINAYO, M. C. de S. *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

SANTOS, J. V. F. *O avesso da maldição do Gênesis: a saga de quem não tem trabalho*. São Paulo: Anna Blume, 2000.

SARRIEIRA, J. C.. Aspectos psicossociais do desemprego juvenil: uma análise a partir do fracasso escolar para a intervenção preventiva. *Revista Psico*, 24 (2), 23-29, 1993.

SELIGMANN-SILVA, E. *Desgaste Mental no Trabalho Dominado*. Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro: Cortez, 1994.

SELIGMANN-SILVA. A interface desemprego prolongado e saúde psicossocial. In: Silva Filho, JF, Jardim S. (Orgs). *A Danação do Trabalho – Organização do Trabalho e Sofrimento Psíquico*. Rio de Janeiro: Te Corá, 1997.

SELIGMANN-SILVA, E. *Psicopatologia e Saúde Mental no Trabalho*. In MENDES, R. *Patologia do trabalho*, Vol. II. Rio de Janeiro: Atheneu, pp. 1141-1182, 2003.

ANEXOS

ANEXO 1 – TABELA 1

Tabela 1. Faixa etária dos servidores públicos (1990) investigados

Faixa etária (anos):	Frequência
20 a 29	4
30 a 39	5
40 a 49	2
Total	11

Fonte: Entrevistas realizadas entre julho a outubro de 2010 com servidores públicos federais colocados em disponibilidade.

ANEXO 2 – TABELA 2

Tabela 2.

Tempo de serviços dos servidores públicos investigados até a disponibilidade

Duração da Disponibilidade (meses):	Frequência
01 a 05	1
06 a 12	2
13 a 18	2
18 a 24	5
Não sabe	1
Total	11

Fonte: Entrevistas realizadas entre julho a outubro de 2010 com servidores públicos federais colocados em disponibilidade

ANEXO 3 – TABELA 3

Tabela 3. Duração da Disponibilidade dos servidores públicos investigados

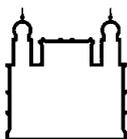
Tempo Serviço (anos):	Frequência
0 a 05	1
06 a 10	7
11 a 15	2
16 a 20	1
Total	11

Fonte: Entrevistas realizadas entre julho a outubro de 2010 com servidores públicos federais colocados em disponibilidade

ANEXO 4

Roteiro das entrevistas

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

Questões utilizadas nas entrevistas



Roteiro de entrevista dos servidores públicos federais da cidade do Rio de Janeiro colocados em disponibilidade referente à pesquisa:

Saúde. Trabalho e Relações Pessoais de servidores públicos federais colocados em disponibilidade durante o governo Collor (1990-1992)

Durante o Governo Collor, em 1990, diversos servidores públicos federais, foram colocados em disponibilidade.

Gostaríamos que nos relatasse como foi ter vivido esta experiência. Para tanto, temos uma lista de questões para servirem de roteiro a esta entrevista. E para uma melhor discussão, elas foram divididas em três tempos: antes da disponibilidade, durante a disponibilidade, ao término da disponibilidade/início da sua reintegração no serviço público (se houver).

Código:

Antes da disponibilidade:

1. Quando iniciou no serviço público? Em qual órgão trabalhava? Qual era sua função/cargo/ocupação?
2. E qual era sua escolaridade/ formação? Estudava?
3. Quais benefícios recebia? (ex: alimentação, assistência médica, assistência previdenciária, transporte e etc)
4. Como eram as relações com os colegas de trabalho? E com a chefia?
5. Qual era o tamanho da sua família? E Como eram as relações familiares?
6. Como era suas condições e possibilidades econômicas e ou financeiras? Trabalhava em outra atividade (fora do serviço público)?
7. Como eram as relações com os amigos? (fora do serviço público)
8. Você recebia seu salário regularmente?
9. Recebia promoções e progressões gratificações e adicionais conforme sua carreira?
10. Como eram suas condições da sua saúde? Tinha alguma doença ou sintoma?
11. Tomava algum medicamento?
12. Teve algum(s) afastamento(s) do trabalho? Em caso afirmativo: Qual(is) foi(ram) o(s) motivo(s)?

Durante a disponibilidade:

1. Quando foi colocado em disponibilidade?
2. Como foi informado?
3. Participou de algum movimento em relação à disponibilidade? Em caso afirmativo qual foi?
4. O seu salário foi mantido, reduzido ou retirado?
5. Os benefícios foram mantidos, reduzido ou alterados (ex: alimentação, assistência médica, assistência previdenciária, transporte e etc.)?
6. Foram mantidas, reduzidas ou retiradas as promoções e progressões, gratificações e adicionais conforme sua carreira?
7. Estudou neste período?
8. A sua saúde foi afetada? Teve alguma doença ou sintoma?
9. Manteve o uso dos medicamentos que tomava antes ou Iniciou o uso de novo(s) medicamento(s)? Associa isso à disponibilidade?
10. O tamanho da sua família foi mantido? Alguma alteração nas relações familiares?
11. Alguma alteração nas relações com os amigos (fora do serviço público)?

12. Suas condições e possibilidades econômicas e ou financeiras foram alteradas? Trabalhou em outra atividade? Por quanto tempo?
13. Como ficaram as relações com os colegas de trabalho não disponibilizados e chefia?
14. Como ficaram as relações com os colegas que foram disponibilizados?
15. Por quanto tempo permaneceu em disponibilidade?

Após a disponibilidade:

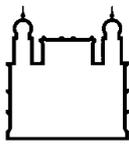
1. Quando ocorreu seu retorno ao serviço público
2. Como foi informado
3. Retornou para o mesmo órgão? Em caso negativo qual foi?
4. Retornou para a mesma ocupação/cargo/função? Em caso negativo qual foi?
5. O salário foi mantido ou reduzido conforme as condições anteriores à disponibilidade?
6. Os benefícios foram mantidos, reduzidos ou retirados (ex: alimentação, assistência médica, assistência previdenciária, transporte e etc.) conforme as condições oferecidas antes da disponibilidade?
7. As promoções e progressões, gratificações e adicionais conforme sua carreira antes da disponibilidade foram mantidas, reduzidas ou retiradas?
8. Estudou?
9. Como foi recebido pelos colegas de trabalho e chefia? Como sentiu?
10. O tamanho da sua família foi mudado? Alguma alteração nas relações familiares
11. Como ficaram as relações com os amigos
12. Trabalhou em outra atividade depois do seu retorno ao órgão público? Por quê? Por quanto tempo? Continua?
13. Como ficou sua saúde? Alguma doença ou sintoma?
14. O(s) medicamento(s) que tomava foram mantidos, retirados ou incorporados novos? Associa isso à disponibilidade?
15. Teve algum afastamento do trabalho? Qual(is) foi(ram) o(s) motivo(s)? Por quanto tempo ficou nesta condição?

Informações complementares:

1. Atualmente como está sua saúde? Alguma doença ou sintoma? Qual(is) medicamento(s) toma?
2. A disponibilidade repercutiu na sua saúde de alguma maneira durante o período de inatividade? Como? (se for afirmativa a resposta) Ou Porque você acha que a disponibilidade não repercutiu na sua saúde?
3. Você gostaria de falar alguma coisa sobre a disponibilidade e a saúde?
4. Você sentiu falta de alguma pergunta sobre a disponibilidade e a saúde?

Anexo 5:

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado para participar da pesquisa do projeto de mestrado em Saúde Pública – Subárea Saúde, Trabalho e Ambiente: **“Saúde, trabalho e relações pessoais de servidores públicos federais colocados em disponibilidade durante o governo Collor (1990-1992)”** em desenvolvimento no Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (CESTEH), pertencente à Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP da Fundação Oswaldo Cruz orientado pelos Profs. Drs. William Waissmann e Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos.

Você foi escolhido conforme os seguintes parâmetros de inclusão foram: Ter ingressado no serviço público federal até dois anos antes do início do governo Collor, ter pertencido a alguma instituição pública na época do governo Collor na cidade do Rio de Janeiro que se utilizou da disponibilidade no serviço público federal.

Os objetivos deste estudo é detectar eventuais repercussões sobre a saúde percebidos por servidores públicos federais como consequentes à disponibilidade (inatividade temporária compulsória) a que foram submetidos no período Collor.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em colaborar no sentido da caracterização das experiências dos servidores públicos federais colocados em disponibilidade na era Collor na perspectiva da saúde. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

Será seguido o padrão ético, de anonimato e não identificação nominal das instituições nem dos entrevistados. As questões a serem colocadas referem-se à perspectiva da saúde no contexto da disponibilidade de milhares de servidores, suas nuances e dinâmica social vivida. Os entrevistados receberão os resultados das entrevistas e deverão autorizar a sua utilização.

Os resultados da pesquisa serão apresentados e discutidos com os envolvidos. As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais não sendo divulgados de forma a possibilitar sua identificação e as informações escritas ou gravadas ficarão sob a guarda dos orientadores em local apropriado e inviolável e por tempo indeterminado.

Para maiores informações sobre o projeto e sua participação, encaminhamos nossos contatos.

Comitê de Ética – CEP-ENSP: Rua Leopoldo Bulhões, 1480/térreo-Manguinhos-Rio de Janeiro/RJ

CEP; 21041-210 – Telefone: (21) 2598-2863

Pesquisadora: Eliana Guimarães Félix – Rua Leopoldo Bulhões, 1480/Térreo-Manguinhos –Rio de Janeiro/RJ

CEP: 21041-210 Telefones: (21) 2598-2806 - e-mail: elianagfelig@gmail.com

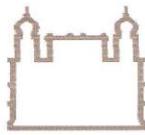
Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____

Pesquisadora

Participante

Anexo: 6
Parecer Comitê de Ética – ENSP



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz
Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca
Comitê de Ética em Pesquisa



Rio de Janeiro, 10 de maio de 2010.

Parecer Nº: 71/10
CAAE: 0074.0.031.000-10

Título do Projeto: “Repercussões sobre a saúde dos servidores públicos federais colocados em disponibilidade no governo Collor – um olhar sobre as suas trajetórias de vida”

Classificação no Fluxograma: Grupo III

Pesquisadora Responsável: Eliana Guimarães Félix

Orientador: Luiz Carlos Fedel de Vasconcellos

Instituição onde se realizará: Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – ENSP/Fiocruz

Tipo do projeto: Projeto de Dissertação de Mestrado em Saúde Pública – ENSP

Data de qualificação: 24 / 03 / 2010

Data de recebimento no CEP-ENSP: 12 / 04 / 2010

Data de apreciação: 05 / 05 / 2010

Objetivos:

Geral: Avaliar as repercussões sobre a saúde decorrentes da disponibilidade (inatividade temporária compulsória) de servidores públicos federais ocorrida no período Collor.

Específicos

- Contextualizar fatos políticos-administrativos e conseqüentes medidas de afastamento do trabalho de servidores públicos federais implementadas durante o governo Collor que resultaram na disponibilidade destes trabalhadores;
- Descrever e analisar as características da disponibilidade, enquanto medida administrativa;
- Detectar eventuais conseqüências e suas variáveis sociais e econômicas sobre a saúde de servidores públicos federais colocados em disponibilidade;

Sumário do projeto:

- **Descrição e caracterização da amostra:** Trata-se de avaliação participante em grupo de encontro, não instituído, movido pelos interesses comuns e composto por servidores

postos em disponibilidade no período Collor, oriundos dos diversos órgãos acometidos pela medida pela medida e entrevistas.

A amostra será caracterizada por atores-chave pertencentes ao grupo de postos em disponibilidade, que se reúne sistematicamente no Rio de Janeiro e lotados na época no governo Collor, independente do órgão governamental e sem distinção de gênero.

A proposta é freqüentar reuniões do grupo de modo a conhecer os desafios que enfrentam tais servidores, através da observação de suas reuniões. A observação permitirá que se definam atores-chave, entre 15 e 20 sujeitos, baseado na média presencial alcançada nos encontros, a serem submetidos às entrevistas.

As entrevistas serão com base em perguntas semi-estruturadas, gravadas e transcritas na íntegra. Serão analisadas com base na técnica qualitativa do discurso e do conteúdo, categorização, identificação de recorrências e análise de sentido/significado.

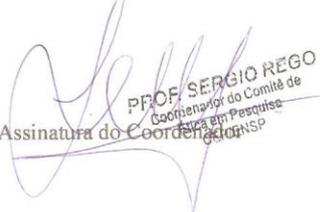
- **Crêterios de inclusão e exclusão:** Servidores públicos que foram colocados em disponibilidade pelo governo Collor e que se reúnem sistematicamente no Rio de Janeiro.
- **Adequa o da metodologia:** Adequada.
- **Adequa o das condi oes:** Adequada.

Comentários do relator frente   Res.196/96 e complementares, em particular sobre:

- **Estrutura do protocolo:** Adequada.
- **Justificativa de uso do placebo:** Não se aplica.
- **Justificativa da suspensão terapêutica ("Wash-out"):** Não se aplica.
- **Análise dos riscos e benefícios:** Segundo a pesquisadora as informaçoes obtidas serão confidenciais e não serão divulgados de forma a possibilitar sua identifica o. As informaçoes escritas e gravadas ficarão sob a guarda dos orientadores da pesquisadora, em local apropriado e inviolável, por tempo indeterminado.
- **Retorno de benefícios para o sujeito e/ou para a comunidade:** Segundo a pesquisadora, os resultados serão apresentados e discutidos com os envolvidos na pesquisa.
- **Adequa o do Termo de consentimento e forma de obtê-lo:** Adequado.
- **Informa o adequada quanto ao financiamento:** Adequado.
- **Outros centros, no caso de estudos multic tricos:** Não se aplica.
- **Outros comentários:** As informaçoes prestadas pela pesquisadora no Protocolo de Pesquisa foram suficientes para a compreensão e avalia o dos procedimentos que serão adotados na pesquisa.

Parecer do CEP: Aprovado.

- Será encaminhado   Conep ( reas temáticas especiais) e, portanto, deve aguardar a aprecia o final desta para início da execu o? Sim Não


Assinatura do Coordenador
PROF. SÉRGIO REGO
Coordenador do Comitê de
Assessoria em Pesquisa
GEM/INSP

Anexo: 07

Carta do governo sobre a disponibilidade



Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social

Nome **ANA MARIA ALVES FERREIRA**
Matrícula 5.135.036
Lotação 517-465

Senhor(a) Servidor(a)

Em face da Reforma Administrativa que vem se processando no Serviço Público Federal, a direção do INAMPS comunica que v.sa. foi incluído(a) na relação de servidores colocados em disponibilidade:

Nestas circunstâncias, fica v.sa. dispensado(a) do comparecimento ao local de trabalho, podendo, entretanto, a qualquer momento ser convocado para voltar a atuar no serviço público. Por esta razão, solicitamos manter atualizado seu endereço.

Em reconhecimento aos serviços até aqui prestados ao INAMPS, expressamos nossa consideração e apreço.

Atenciosamente,

A PRESIDÊNCIA DO INAMPS